



**Universidade Federal de Sergipe
Campus Laranjeiras
Núcleo de Museologia**

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE:
Um estudo sobre acessibilidade a pessoas com deficiência
física, sensorial e mobilidade reduzida (2004-2013).

Laranjeiras/SE

2013/2

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE:

Um estudo sobre acessibilidade a pessoas com deficiência física, sensorial e mobilidade reduzida (2004-2013).

Monografia apresentada ao curso de graduação em Museologia da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Orientação: Prof. Dra. Janaina Cardoso de Mello.

Co-Orientação: Profa. Dra. Cristina de Almeida Valença Cunha Barroso.

Laranjeiras/SE

2013/2

HEYSE SOUZA DE OLIVEIRA

Memorial do Poder Judiciário de Sergipe:

Um estudo sobre acessibilidade a pessoas com deficiência física, sensorial e mobilidade reduzida (2004-2013).

Banca de Avaliação

Profa. Dra. Janaina Cardoso de Mello (Presidente/NMS-UFS)

Prof. Rafael Santa Rosa Cerqueira (1º Leitor Crítico/PPGH-UFAL)

Profa. Msc. Priscila Maria de Jesus (2ª Leitora crítica/NMS-UFS)

Profa. Msc. Ana Karina Rocha de Oliveira (Suplente)

FICHA CATALOGRÁFICA

OLIVEIRA, Heyse Souza.

Memorial do Poder Judiciário de Sergipe: Um estudo sobre acessibilidade a pessoas com deficiência física, sensorial e mobilidade reduzida (2004-2013)/ Heyse Souza de Oliveira-Laranjeiras, 2013.2

83f. II

Monografia (Bacharelado em Museologia)- Núcleo de Museologia, Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, 2013.2.

Orientadora: Prof. Dr. Janaina Cardoso de Mello

1. Memorial do Poder Judiciário 2. Acessibilidade em instituições culturais 3. Ações educativas. I .Título.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, amigos e companheiros de curso que se fizeram presente nesta jornada.

“A cultura é uma necessidade imprescindível de toda uma vida, é uma dimensão construtiva da existência humana, como as mãos são um atributo do homem.”

(José Ortega y Gasset)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por me proporcionar esta oportunidade, me guiando, orientando em cada escolha e cada momento de dificuldade que tive que me deparar nesta longa caminhada. Aos meus pais Jorge Fontes de Oliveira (*in Memoriam*) e Maria Izabel Souza de Oliveira pelo apoio e confiança depositado em mim e em todas as minhas escolhas. Aos meus irmãos Hellan, Hellane, Hellen e Valdice (quase uma mãe, se não fosse a pouca idade, mas que ocupa um lugar indescritível em meu coração) que também me apoiaram e torceram pela minha vitória todo esse tempo. As minhas sobrinhas Belinha e Deysinha e o sobrinho Enzo (que já chegou no finalzinho, mas também fez parte dessa conquista) me distraíndo e alegrando em momentos difíceis. A minha cunhada Carla, e os cunhados Pedro e Marconi por está sempre por perto ajudando no que se precisa. As Minhas amigas Flavinha, Luana, Camilla, Priscila, e os colegas do curso Sendy e Romário pela torcida e incentivo. Ao pessoal da Funcaju: Kelly, Nitinho, Sr.Rubens pela confiança depositada e o apoio. As minhas Professoras Cristina Valença, Janaína Mello por terem acreditado em mim, me apoiando e orientado na realização desta pesquisa. No mais quero agradecer a todos que também fizeram parte desta conquista, mas que não foram citados.

Muito abrigada!

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso possui como objetivo identificar, analisar e tentar encontrar soluções para as possíveis dificuldades que terão que ser enfrentadas por pessoas portadoras de algum tipo deficiência, seja ela física, sensorial (auditiva e visual) e mobilidade reduzida ao visitar a instituição Memorial do Poder Judiciário de Sergipe. Assim, tendo com um dos objetivos primordiais do presente trabalho discursa sobre a importância de garantir a igualdade entre todos, através de uma política de inclusão social onde irá abarcar desde a facilitação do contato e linguagem da instituição com o visitante portador de deficiência, as possíveis formas de acessibilidade.

Palavras-chave: Acessibilidade, Memorial do Poder Judiciário de Sergipe e Ação Educativa.

ABSTRACT

The present monography has as objective to identify, analyze and try to find solutions to the difficulties that must be faced by persons with disabilities of some sort, be it physical, sensory (auditory and visual) and reduced mobility when visiting the institution of the judiciary Memorial de Sergipe. So, having with one of the primary goals of this study speak about the importance of ensuring equality between all, through a policy of social inclusion where will embrace since the contact facilitation and institution with the visitor's language disability, the possible forms of accessibility.

Keywords: Accessibility, Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, Educational Action.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16-20
------------------------	--------------

CAPÍTULO 1- INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ACESSIBILIDADE.....21-39

1.1 O Memorial do Poder Judiciário	21
1.2 O papel do museu e instituições culturais para a sociedade, e as mudanças ocorridas no cenário museológico Brasileiro.....	25
1.3 Acessibilidade em instituições culturais: A pessoas com deficiência física, sensorial e mobilidade reduzida.....	28
1.3.1 O Censo realizado pelo IBGE.....	32
1.3.2 Tipos de deficiências abordadas na pesquisa.....	34
1.3.3 Tipos de barreiras.....	38

CAPÍTULO 2-ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE.....40-65

2.1- Aplicação da ficha diagnóstico.....	40
2.2-Avaliação da ficha.....	51
2.3-Resultados e conclusões.....	65

CAPÍTULO 3-AÇÕES EDUCATIVAS E INCLUSÃO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS.....66-75

3.1-Ações educativas inclusivas.....	66
3.2- O papel do mediador nas ações educativas.....	70

3.3- Mediação sensorial em Instituições Culturais, Memoriais e Museus.....	71
CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS	76
ANEXOS.....	79

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT- Associação Brasileira de Normas técnicas.

ABNT NBR 9050- Associação Brasileira de Normas técnicas. Norma Brasileira 9050

BANESE- Banco do Estado de Sergipe.

DESO- Companhia de Saneamento de Sergipe.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IHGSE- Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ONU- Organização das Nações Unidas.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01- Fachada do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe.....	p.21
Imagem 02- Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população Brasileira em 2010.....	p.30
Imagem 03- Gráfico distribuição dos municípios, por grupo percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente, segundo as unidades da federação.....	p.33
Imagem 04- Deficiente físico (cadeirante).....	p.33
Imagem 05- Deficiente físico.....	p.35
Imagem 06- Criança muda.....	p.35
Imagem 07-Criança surda.....	p.35
Imagem 08-Deficiente visual.....	p.37
Imagem 09-Mobilidade reduzida (mãe com carrinho de bebê).....	p.37
Imagem 10-Mobilidade reduzida (idoso).....	p.37
Imagem 11- Modelo de demarcação para vaga reservada para deficiente..	p.52
Imagem 12- Calçada da Instituição com guia rebaixada.....	p.52
Imagem 13- Calçada do Memorial.....	p.52
Imagem 14- Modelo de passeio e calçada rebaixada.....	p.53
Imagem 15-Entrada principal da Instituição.....	p.54
Imagem 16-Entrada secundária da Instituição.....	p.54

Imagem 17-Placa da fachada com nome da Instituição.....	p.55
Imagem 18-Placa Informativa da Missão da Instituição.....	p.55
Imagem 19-Escada de acesso à área expositiva no 1º pavimento.....	p.55
Imagem 20-Escada de acesso ao auditório.....	p.55
Imagem 21- Modelo de altura e largura do degrau.....	p.56
Imagem 22- Modelo de corrimãos laterais em escadas.....	p.57
Imagem 23- Sanitário adaptado.....	p.57
Imagem 24- Lavatório.....	p.57
Imagem 25- Parâmetro para vaso sanitário com barras de apoio lateral e de fundo.....	p.58
Imagem 26- posição do lavatório.....	p.59
Imagem 27- Posição dos acessórios junto ao lavatório.....	p.59
Imagem 28-Painel expositivo colaboradores.....	p.60
Imagem 29-Sinalética.....	p.60
Imagem 30- Escada de acesso ao 2º andar.....	p.61
Imagem 31-Escada de acesso ao 1º andar.....	p.61
Imagem 32-Expositores.....	p.62
Imagem 33-Painéis.....	p.62
Imagem 34-Espaço do auditório.....	p.63
Imagem 35-Auditório do Memorial.....	p.63

Imagem 36-Cadeira de rodas da Instituição.....	p.63
Imagem 37-Elevador.....	p.64
Imagem 38-Painel do elevador.....	p.64
Imagem 39-Piso tátil.....	p.64
Imagem 40-Linha guia.....	p.64

INTRODUÇÃO

Criado para ser a casa de cultura do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, o Memorial do Poder Judiciário desenvolve atividades correlacionadas à pesquisa sobre a trajetória deste tribunal, como também a elaboração de exposições com eixos temáticos diferenciados, promoção de cursos, seminários e Conferências. Instalado num antigo prédio conhecido com Palácio Sílvia Romero, uma homenagem ao jurista sergipano, e inaugurado no dia 20 de dezembro de 2004 pela Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Sergipe.¹

À partir de informações colhidas a respeito da instituição, durante um projeto de Iniciação Científica (bolsa PIIC), surgiu o desejo realizar uma pesquisa cujo objetivo era analisar as práticas de acessibilidade adotadas e como a mesma lida com as barreiras físicas², sensoriais³ e atitudinais⁴ e quais as soluções encontradas pela mesma para eliminar estas barreiras. Dentro desta perspectiva será analisado o conceito de acessibilidade, podendo servir como base o decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que relata que:

Acessibilidade visa fornecer condições para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida de espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, e de dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Na pesquisa também serão analisadas as práticas educativas inclusivas, como medidas de aproximação e interação do público específico na instituição, desde o período de sua inauguração novembro de 2004 até o término da conclusão da pesquisa meados de janeiro de 2014. Para delimitar a questão, faço uso das palavras de Tojal que relata que:

É importante estender um projeto de acessibilidade a todas as instâncias museológicas, com o objetivo de atingir um trabalho

¹ Informação extraída do site da instituição, disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/index.php/institucional> [acessado em 20/11/2013.]

² Compreende as barreiras relacionadas à estrutura do prédio, arquitetura.

³ Compreende as barreiras de comunicação: sinaléticas, legendas, recursos audiovisuais entre outros.

⁴ Compreendem as barreiras relacionadas ao treinamento dos mediadores da instituição, como os mediadores estão preparados para receber o público específico, as atitudes que devem ser tomadas para receber visitantes deficientes com qualidade.

mais substancial e coletivo do museu para essa importante parcela da sociedade, materializando um objetivo que exige uma política cultural (na forma de políticas públicas) que efetivamente possam conceber e implantar um trabalho permanente de acessibilidade, ação cultural para esse público especial, já que o conceito de inclusão social compreende todos os espaços públicos, que confere a uma instituição como o museu uma função eminentemente social evidenciando sua responsabilidade com o patrimônio material e imaterial por ela preservado e disponibilizado a sociedade. (TOJAL, 2007, p.15).

Esta proposta de trabalho tem como referência uma pesquisa interdisciplinar cujo foco centra-se na “Acessibilidade” em instituições culturais como também as medidas sócio-educativas inclusivas que auxiliem neste processo. Para dar subsídios a esta pesquisa são abordadas, num primeiro momento, as referências bibliográficas que tratam da acessibilidade em museus e instituições culturais, onde utilizo como referência a autora Sarraf⁵, para quem:

A acessibilidade também tem o potencial de beneficiar todos os públicos que frequentam o museu e cativa-lós, para que este se torne um equipamento de referência na dinâmica social contemporânea. Espaços que respeitam as diversidades, que proporcionam acolhimento, que oferecem recursos para facilitar a permanência dos visitantes em suas dependências, que proporcionam maneiras facilitadas de acessar a informação e conteúdos tornam-se mais atrativos para todos os seus frequentadores. (SARRAF, 2008, p.15).

Assim, de acordo com o conceito da pesquisadora, a proposta deste trabalho visa analisar como a acessibilidade está sendo aplicada para atender a diversos tipos de público, que não se restringe apenas a deficientes físicos, mas também a deficientes sensoriais, que compreende a deficiências auditiva e visual, pessoas com mobilidade reduzida: idosos, gestantes, convalescentes, obesos, pessoas que por algum motivo venham a usar muletas, cadeira de rodas por um curto espaço de tempo, mas que no momento da visitação faziam uso das mesmas, mães com carrinho de bebê entre outras situações que necessitem de uma atenção especial neste sentido.

⁵Diretora-fundadora da Empresa Museus Acessível criadora da RINAM – Rede de Informação de Acessibilidade em Museus – e consultora da Fundação Dorina Nowill para Cegos. (informação retirada do Currículo da autora, publicado em artigo, disponível em: CARDOSO, Eduardo; CUTY, Jeniffer: **Acessibilidade em ambientes culturais**, Porto Alegre, Marca Visual, 2012, 179p.)

Num segundo momento será abordado no trabalho o tema que se refere às medidas sócio educativas inclusivas, que tem como objetivo facilitar a compreensão das mensagens que estão contidas nas exposições, através de ações mais lúdicas que permitam aos visitantes atingir a função educacional da exposição. Para nortear estas discussões, será utilizada como referência a autora Ribeiro (2007, p.67) que aborda em seu trabalho como as atividades praticadas pelos mediadores⁶ das instituições culturais tornam mais agradáveis as visitas aos museus, aos diversos tipos de público, onde dialogam e direcionam a visitação, oferecendo ao visitante diversas leituras e interpretação das exposições, através da proposta de ações educativas que tem como objetivo o convite ao aprendizado, promovendo interatividade entre o público e a exposição, esclarecendo dúvidas e ao mesmo tempo questionando, visando tornar o conhecimento mais próximo do visitante.

De acordo com o autor Peter Burke (2004, p.15) para realizar uma pesquisa, não é necessário esgotar todos os *modus operandi* fornecidos, mas sim adequá-los as necessidades do objeto proposto pelo estudo, e que ainda de acordo com o autor, os deslocamentos de interesses e os modos de ver o objeto, as respostas não se encontram na amplitude dos objetos, mas sim no método de estudo. Desta forma, para construir conhecimento através das informações extraídas das fontes, é necessário percebê-las como indícios, sinais e que devem ser interpretadas tendo em vista a compreensão das características plena das fontes. Logo, as fontes que serão utilizadas na pesquisa consistem nos testemunhos escritos: artigos de revistas, publicações em *sites*, documentação administrativa, leis como a Norma Brasileira de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT-NBR 9050), decretos, discursos sobre o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, manuais e guias de acessibilidade, a declaração dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E ainda as fontes imagéticas: fotografias, planta baixa da instituição, onde que todas estas fontes, darão subsídios para realização do trabalho.

⁶Entende-se como mediador, o profissional responsável por realizar a atividade de mediação entre as atividades oferecidas pela instituição e o público visitante.

Já no que diz respeito à pesquisa bibliográfica tendo como objetivo a construção de um embasamento teórico que irá abordar o tema “Acessibilidade em museus, ações educativas inclusivas a deficientes físicos, sensoriais e pessoas com mobilidade reduzida em instituições museológicas”. Serão utilizadas como referência bibliográfica a dissertação de mestrado da autora Sarraf (2008), a tese de doutorado da autora Tojal (2010), o trabalho de Tojal (2007); o livro “Diálogos & ciência: mediação em museus e centros de Ciência”, organizado por Luisa Massarani, Matteo Merzagora, Paola Rodari (2007).

No primeiro capítulo “Instituições culturais e acessibilidade” discorre sobre “O papel do museu e instituições culturais para a sociedade e as mudanças ocorridas no cenário museológico Brasileiro”, discutindo o que é uma instituição cultural, sua função/missão e quais as transformações ocorridas neste cenário, associada aos primeiros pensamentos sobre acessibilidade neste tipo de instituição. O item “acessibilidade em instituições culturais: a pessoas com deficiências física, sensorial e mobilidade reduzida” abrange a acessibilidade, as deficiências que serão discutidas neste trabalho, suas características, os tipos de barreiras: física, sensoriais e atitudinais, as dificuldades da eliminação destas barreiras, a proposta do desenho universal, as leis, decretos criados para assistir a este tipo de público, a pesquisa do Censo 2010. Essas discussões dão subsídios para o próximo capítulo.

O segundo capítulo intitulado “Análise da acessibilidade no Memorial do Poder Judiciário de Sergipe” é estruturado da seguinte forma: “Aplicação da ficha de diagnóstico”, onde é apresentada a ficha de diagnóstico aplicada na instituição para avaliação da acessibilidade, explica-se no que consiste a ficha, de onde foi extraído o modelo e qual o objetivo da aplicação da mesma. A parte “Avaliação da ficha” consiste na análise comparativa dos resultados obtidos a partir da aplicação da ficha na instituição com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), se possui enquadramento no parâmetro considerado acessível. Em “Resultados e conclusões” há sugestões e considerações para a instituição.

Já o terceiro capítulo denominado “Ações educativas e inclusão social em instituições culturais” abordam-se os seguintes aspectos: “Ações educativas inclusivas: mediação entre exposição e público com deficiência (física, sensorial e

mobilidade reduzida)”, no qual se busca compreender no que consiste a ação educativa, e quais as modalidades mais adequadas às deficiências supracitadas. Em “Propostas de ações educativas já aplicadas no Brasil” há exemplos de atividades já praticadas e seus resultados. Neste item é discutido de que modo as ações educativas auxiliam no processo de decodificação das propostas museais.

CAPÍTULO I

INSTITUIÇÕES CULTURAIS E ACESSIBILIDADE

1.1-O MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO



Imagem 1: Fachada do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe.

Fonte: Foto Heyse Souza (2013).

O Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, Instalado no palácio Silvio Romero, situa-se na esquina da Praça Olímpio Campos com a Rua Itaporanga, nº417, bairro Centro, Aracaju, Sergipe. Conhecido como o prédio da antiga sede do Tribunal da Relação, reformado no ano de 2004 para sediar a Memorial, através da Resolução nº 33/2004, foi inaugurado no dia 20 de dezembro de 2004⁷, pela Mesa Diretora do Tribunal de Justiça de Sergipe.⁸

Segundo publicação da obra memórias de Aracaju (1987) o edifício do antigo tribunal de relações foi inaugurado em 29 de dezembro de 1892 e:

Conforme placa existente no prédio consta que na presidência de José Calazas, 1º presidente constitucional de Sergipe, em 29 de dezembro de 1892, foi instalado solenemente o prédio o tribunal de relações do estado de Sergipe. Em virtude da falta de documentos é impossível provar se realmente o tribunal foi instalado no referido prédio, pois o diário oficial de 24 de agosto de 1897 ressalta que nessa data ainda se colocavam as grades do 2º pavimento. Provavelmente o prédio teria sido construído em fins

⁷Tinha como presidente o desembargador Manuel Nabuco D'vila, vice-presidente desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto, corregedora geral a desembargadora Josefa Paixão de Santana e ainda os desembargadores Fernando Ribeiro Franco, Clara Leite de Rezende, Epaminondas Silva de Andrade Lima, Gilson Gois Soares, Mariza Maynard Salgado de Carvalho, José Artêmio Barreto, Manuel Candido Filho, José Alves Neto, Cláudio Dinart Dedá Chagas e Célia Pinheiro Silva Menezes, conforme placa anexa a esquerda da porta de entrada principal do prédio.

⁸Informações retiradas do texto de apresentação da instituição disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/index.php/institucional/historico-do-predio> acessado em 24/12/2013.

do século passado. Posteriormente o prédio abrigou outros órgãos como a chefatura de polícia 19º C.SM, DESO, Instituto de música e atualmente o juizado de menores que inclusive já foi transferido para outro prédio.(GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE,1987,p.27.)

Ainda no texto o autor descreve a estrutura do prédio, com informações bem características e encerra o texto confirmando a localização e endereço da edificação.

Esta localizado na Praça Olympio campos, nº 417, e foi tombado através do decreto governamental nº 6822 de 28 de janeiro de 1985, por ser um dos mais significativos exemplos de ecletismo da arquitetura ⁹oficial do estado de Sergipe. (GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE, 1987, p.27.)

Já em outro Texto publicado na revista *Judiciarium*, de autoria de Janaína Cruz (2008), as informações procedem quando se refere à criação do imóvel na gestão de José Calazans, presidente da província de Sergipe, constando que a construção se iniciou em meados de 1892, mas que foi inaugurado pelo presidente Manoel Priciliano Valadão, dois anos depois no ano de 1894 para servir de sede do Tribunal de Relação. A autora ressalta que para a época a obra foi considerada um destaque na construção de edificações, onde cita uma descrição realizada pelo professor Fernando Porto, considerando sua arquitetura como estilo eclético tardio, no qual:

Destaca-se o partido adotado da repetição regular das janelas e pilastras, uma janela sempre entre duas pilastras, que é também, o adotado no palácio Imperial em Petrópolis, dos anos 1840. Cordão umbilical com a linguagem habitual do estilo é o arco pleno introduzido na madeira das bandeiras das janelas. Outro detalhe são as grades de ferro das janelas, importadas da Inglaterra, de desenho Art-Nouveau, estilo recente e lá muito apreciado. (CRUZ, 2008, p.27.)

Dentre os órgãos que funcionaram no edifício o autor Luiz Antônio menciona que em 1912 serviu como sede de fundação do Instituto Histórico e

⁹ O estilo ecletismo pode ser caracterizado pela mistura de diversos estilos históricos diferentes, em uma única obra, produzindo uma nova abordagem. Surgiu na arquitetura no século XIX, na França, por volta de 1840, como reação á hegemonia do estilo “Greco-romano” os arquitetos começaram a propor a retomada de outros modelos históricos, como o gótico e romântico. No Brasil eclodiu no período de transição para o século XX, como uma corrente que dominou a arquitetura e planos de reurbanização das grandes cidades. (www.itaucultural.org.br)

Geográfico de Sergipe (IHGSE) e até 1930 como sede do Poder Judiciário, para delimitar a questão uso das informações disponíveis no histórico do prédio, no *sítio* da instituição:

O antigo sobrado serviu de sede do Tribunal de Relação desde sua inauguração até 1930, quando, o então Presidente do Estado, Manoel Corrêa Dantas entregou aos Desembargadores uma nova sede na mesma praça. Transferida a sede, o prédio chegou a abrigar a Chefatura de Polícia, o Serviço de Água e Esgotos de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Academia Sergipana de Letras, o Instituto de Música de Sergipe, o Juizado de Menores, o Fórum Desembargador Vasconcelos e o Arquivo do Poder Judiciário.¹⁰

Foi na gestão do Desembargador Manuel pascoal Nabuco D'Ávilla¹¹, quando assumiu o cargo de presidente do Tribunal de Justiça, no período bienal 2003/2004, juntamente com os desembargadores Roberto Eugênio da Fonseca porto (Vice-presidente) e Josefa de Santana (corregedora-geral), que surgiu a inspiração de criação do memorial. Na cerimônia de posse realizada no auditório Governador José Rollemberg Leite, do centro administrativo Governador Albano Franco, o presidente Manuel Pascoal Nabuco discursou:

É imprescindível que se lute por um judiciário garantidor do estado democrático de direito, tendo como função prioritária a estabilidade e continuidade democrática. Importa dizer que devemos dotar o judiciário brasileiro de adequadas estruturas para uma democracia moderna. (REVISTA JUDICIARIUM, 2005, p.07).

Luiz Antônio Barreto expõe, em artigo publicado na Revista Judiciarium:

Na presidência do tribunal de justiça, o desembargador Pascoal Nabuco resolveu construir o prédio do arquivo do judiciário, no centro administrativo governador Augusto Franco, junto ao Fórum Gumersindo Bessa, e recuperar a antiga sede do tribunal de

¹⁰ Informação retirada do texto de apresentação da instituição disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/index.php/institucional/historico-do-predio> acessado em 24/12/2013.

¹¹ “Pascoal Nabuco ocupou cargos públicos, como o de procurador geral do estado, secretário do estado da casa civil, antes de ser desembargador, e nesta condição ocupar a corregedoria e a presidência do Tribunal de justiça do Estado de Sergipe e ter sido, por dois anos, presidente do tribunal regional eleitoral, ocasião em que ampliou o centro de Memorial Eleitoral- Cemel.” Fonte: **Revista Judiciarium**, Órgão de divulgação do Poder Judiciário do Estado de Sergipe. Edição Especial, ano IX, Janeiro de 2005. P.58.

relação, na Praça Olímpio Campos, para instalar o Memorial do Poder Judiciário, Casa de Cultura para contar a história da Justiça em Sergipe e servir de centro de pesquisa. As duas obras são da mais absoluta necessidade. (BARRETO, 2005, p.58.)

Assim em 2004, foi realizada pelo arquiteto baiano Itamar Baptista, uma reforma no edifício para sediar o Palácio Sílvio Romero e nele instalado o Memorial do Poder Judiciário. As atribuições da instituição envolvem atividades de pesquisa, organização do acervo documental do Poder Judiciário; realização de cursos, seminários, conferências, exposições. O referido fora projetado para exibir documentos textuais, iconográficos, sonoros, bibliográficos referentes à história do Judiciário Sergipano, a estrutura do memorial conta com quatro salas do palácio e mais o rés-do-chão como espaço expositivo.

As salas de Exposições foram nomeadas com a intenção de homenagear os cinco primeiros magistrados que compuseram o quadro de Desembargadores de quando foi criado o Tribunal de Relação de Sergipe pelo Decreto nº 40, de 26 de dezembro de 1892¹². A maior sala, localizada no andar térreo é nomeada de Sala Des. João Batista da Costa Carvalho; a segunda no mesmo pavimento é nomeada Sala Des. Francisco Alves da Silveira Brito. No andar superior a maior sala é nomeada Sala Des. Guilherme de Souza Campos, e o segundo compartimento é a Sala Des. José Sotero Vieira de Melo; o rés-do-chão é nomeado Sala Des. Gustavo Gabriel Coelho Sampaio.

A instituição conta com uma exposição de longa duração que visa divulgar a história do Poder Judiciário em Sergipe, e durante o ano realiza exposições de curta duração e como também outros eventos relacionados à cultura. É Aberta ao público de segunda a sexta das 7:00 às 13:00 horas. Ainda fazendo uso das palavras do Jornalista Antônio Barreto, complemento:

Mais do que contar a história, o Memorial recorre aos vínculos permanentes dos integrantes da justiça com os segmentos esclarecidos da sociedade, especialmente com a geração de pensadores do direito, liderada por Tobias Barreto e composta, dentre outros por Silvo Romero, Fausto Cardoso, Martinho Garcez, Gumersindo Bessa, Carvalho Neto, dentre outros que

¹²Informação extraída do texto de apresentação da instituição disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/index.php/institucional/historico-do-predio> acessado em 24/12/2013.

estão homenageados no Memorial. As salas estão repletas de outras figuras, retratadas no tempo, como os cinco primeiros desembargadores do tribunal de Relação, criado pela constituição de 18 de maio de 1892, - Gustavo Gabriel Coelho Sampaio, João Batista da Costa Carvalho, Guilherme de Souza Campos, Francisco Alves da Silveira Brito e Jose Soltero Vieira Melo e outros que elevaram as funções do Judiciantes no estado. (BARRETO, 2005, p.59.)

Portanto, instalado em uma construção do final do século XIX, cuja intervenção para implantação da acessibilidade física, segundo entrevista com funcionário terceirizado Manoel Clemente da Rocha Neto (servidor do Tribunal de Justiça de Sergipe há dezoito anos, e trabalhando no memorial desde 2010), se deu início as modificações ainda na reforma no ano de 2004 para sediar o Memorial com a instalação do elevador, e adaptação dos banheiros, mas só foi concretizada no ano de 2011, quando já contava com a instalação dos recursos: barra de apoio, piso tátil, calçada rebaixada, linha guia. Como sabemos para concretizar acessibilidade como todo, é necessário, mais do que fazer intervenções físicas, mas a partir das instalações físicas pode ser considerado um passo a frente na evolução do direito de ir e vir de todo cidadão.

1.2 O PAPEL DO MUSEU E INSTITUIÇÕES CULTURAIS PARA A SOCIEDADE, E AS MUDANÇAS OCORRIDAS NO CENÁRIO MUSEOLÓGICO BRASILEIRO.

Instituição cultural é espaço público ou privado, que tem como missão pesquisar, conservar e divulgar a história, trajetória de um determinado assunto ligado a sua tipologia, através da promoção de ações relacionadas a atividades culturais e educativas, aberto ao público visitante.

Segundo a Fundamentação Civil-Constitucional dos direitos dos deficientes:

A República Federativa do Brasil fundamenta-se constitucionalmente, entre outros, no princípio da dignidade humana e tem objetivo como a construção de uma sociedade

livre, justa e solidária, e a redução das desigualdades sociais e regionais.¹³

Assim, partindo do princípio da Fundamentação Civil-Constitucional, o processo de diminuição ou extinção das desigualdades nas instituições culturais, compreendem as diversas áreas da instituição e equipes de trabalho, adotar uma postura inclusiva ao elaborar seus projetos e atividades dentro de suas especificidades, além de efetuar ações que colaborem nesse processo, essa postura irá favorecer tanto os profissionais a instituição como um todo, quanto ao seus visitantes.

Quando pensamos em uma instituição cultural inclusiva, devem ser considerados todos os tipos de visitantes, devemos incluir no projeto as questões de acessibilidade física dos espaços e equipamentos, a forma de comunicação que será utilizada para expor os conteúdos das exposições, a postura atitudinal da equipe de funcionários. Para tanto, devem ser levadas em considerações as necessidades e recomendações apontadas pelo público-alvo.

Segundo Amanda Tojal Fonseca (2010), pesquisadora sobre a acessibilidade em museus, expõe:

Há menos de duas décadas e acompanhando os processos de inclusão social de pessoas com deficiências e alunos no ensino formal, os museus, no Brasil, iniciaram suas primeiras ações, tendo em vista as questões de acessibilidade dirigidas primeiramente ao acesso físico e as instituições. Seguindo essa tendência, os museus de arte passaram, paulatinamente, a incluir em sua programação exposições temporárias dirigidas preferencialmente aos públicos com deficiência e a permitir esses visitantes o toque em esculturas originais previamente selecionadas, pertencentes ao acervo desses museus, ou cujo artista, expositor ou curador incluísse na mostra essa proposta. (TOJAL, 2010, p.01).

Outra referência muito importante para realização desta pesquisa é o trabalho realizado pela autora Viviane Sarraf (2008, p.11), que também pesquisou sobre acessibilidade em ambientes culturais brasileiros, e abordou em seu trabalho uma breve explanação dos primeiros pensamentos de introduzir acessibilidade em ambientes culturais. A autora comenta o surgimento do movimento de inclusão social, na década de 1980, liderado por pessoas com

¹³Texto disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=108>, acessado em: 16/01/2014.

deficiência em varias partes do mundo, com a inspiração na declaração nacional dos direitos humanos, que através desse movimento foi conquistada a promulgação de algumas declarações, leis, normas, estatutos e outras conquistas políticas em relação aos direitos de pessoas com deficiência. E que ainda nos dias atuais este pode ser considerando com um dos movimentos mais ativos e militantes de todos os tempos.

Sarraf (2008, p.13) aborda ainda em sua pesquisa, que o termo “direitos humanos” surgiu na França, e que o significado do mesmo estava ligado aos direitos da população, ou seja, todos os cidadãos que não pertencia à nobreza. E que segundo crítica apresentada pelo autor Poster (2003), o termo humano tinha como função igualar socialmente as populações de diferentes origens presentes na França, no século XIX, nesse sentido todos deveriam ter o mesmo acesso às condições de vida, o que não acontecia, surgindo assim o novo termo “cidadão” pela necessidade de produzir de fato os direitos humanos, foi a pratica do cidadão que tornou real os direitos humanos, que por sua vez compuseram os parâmetros de conceito de cidadania. Sarraf relata que neste primeiro momento as pessoas com deficiência não estavam inseridas, pois indivíduos com deficiência física, auditiva, visual, múltipla e intelectual eram discriminados, e de acordo com as palavras da mesma, essa realidade só foi modificada a partir dos:

Primeiros movimentos sociais ativos em defesa dos direitos das pessoas com deficiência foram iniciados apenas no século XX. Com o termino da segunda guerra mundial, em 1945, a partir deste momento a deficiência passou a ser uma realidade para a população Europeia, já que civis e soldados adquiriram deficiências visuais, auditivas, físicas e doenças mentais em decorrência das batalhas armadas e seus efeitos colaterais. Inevitavelmente, uma maior atenção às deficiências se tornou necessária, tanto na esfera pública como na privada, impulsionando também pela ação dos primeiros órgãos de defesa dos direitos humanos e deficientes. (SARRAF, 2008, p.13).

Estas informações trazem consigo o estímulo da reflexão sobre as modificações ocorridas em diversos setores, como também no que está relacionado a dificuldades de locomoção, interpretação, capacidade cognitiva da população tanto estrangeira, como brasileira que foram atingidas pelo reflexo das transformações ocorridas devido á causas naturais, conflitos, batalhas, doenças, stress da vida cotidiana, aumento da expectativa de vida, dentre outros fatores,

fortalecendo a importância das instituições e casas de cultura estarem preparadas para receber os diversos tipos de público, e o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, por ser uma instituição ligada ao “direito” e “poder”, busca dar o exemplo, dentro das suas limitações, proporcionando o livre acesso ao público visitante que possui deficiência, mobilidade reduzida, público infantil ou mesmo o público que não possui restrição.

1.3 ACESSIBILIDADE EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS: A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA, SENSORIAL E MOBILIDADE REDUZIDA

O significado do termo acessibilidade está atrelado ao direito de ir e vir de todo cidadão que pertence a uma sociedade. Para garantir a inclusão são necessárias as mudanças culturais e atitudinais, ligadas a ações de políticas públicas (governo e prefeituras) e particulares (instituições privadas), leis, decretos, entre outras, com finalidade de garantir a realização e conscientização da sociedade.

Dentre as leis, decretos, normas, entre outros documentos publicados no Brasil, que assegurassem os direitos de pessoas com deficiência, podem considerar como as mais importantes publicações, A Constituição Brasileira de 1988, que garantia o direito de igualdade a todos os cidadãos, sem nenhuma forma de discriminação, onde esse direito incluía acesso à moradia, ao trabalho e a serviços essenciais como educação e saúde para todas as pessoas, independente de sexo, idade, cor, credo, condição social ou deficiência.(Dischinger; Ely ; Piardi, 2012, P.11.)

No ano 2000 foram publicadas duas leis, a de N° 10.048 e N° 10.098, que tratavam da “Acessibilidade espacial das pessoas com deficiência”, com a finalidade de eliminar barreiras arquitetônicas e de atitudes, que impeçam e reduzam ou retardem a inclusão social. Em 2004 surge o decreto N° 5.296 de 02 de Dezembro de 2004 que estabelece a obrigatoriedade de cumprimento das normas técnicas de acessibilidade da ABNT, fixando um prazo de 30 meses a partir da data de publicação, a norma ABNT NBR 9050/2004 criou parâmetros a serem seguidos visando proporcionar boas condições de acessibilidade dentro de espaços. (CARDOSO, 2012, p.38)

Segundo publicação no texto Desenho Universal: habitação de interesse social, publicado pelo governo de São Paulo:

O avanço mais recente foi à ratificação pelo Brasil em 2008, da convenção da organização das nações unidas sobre os direitos das pessoas com deficiência. A convenção foi promulgada com equivalência da emenda constitucional pelo decreto nº 6.949, da presidência da república em 2009. (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010, p.25)

Em 14 de janeiro de 2009, foi criada a lei nº 11.904 que instituiu o Estatuto dos museus em Parágrafo único, onde que se enquadrava nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades. Onde destaco:

- Art 2º São princípios fundamentais do museu:
 - ✓ I – A valorização da dignidade humana;
 - ✓ III – O cumprimento da função social;
 - ✓ V – A universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural;
- Art. 19. Todo museu deverá dispor de instalações adequadas ao cumprimento das funções necessárias, bem como ao bem-estar dos usuários e funcionários;
- Art. 29. Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação;
- Art. 35. Os museus caracterizar-se-ão pela acessibilidade universal dos diferentes públicos, na forma da legislação vigente;
- Disposições Finais e Transitórias - Art. 67. Os museus adequarão suas estruturas, recursos e ordenamentos ao disposto nesta Lei no prazo de cinco anos, contados da sua publicação.¹⁴

¹⁴ Informações extraídas da lei nº11.904 de 14 de janeiro de 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm [acessado em 26/02/2014].

Em 1990 um grupo de arquitetos criou uma proposta que tinha como objetivo focar nas diversidades de cada indivíduo conhecida como desenho universal, tal proposta ainda é considerada pouco conhecida e aplicada no Brasil, e por essa falta de conhecimento é bastante confundida com acessibilidade para pessoas com deficiência, apesar de está diretamente ligada á projetos de arquitetura, as considerações do desenho universal mesmo não sendo voltadas especificamente para o público deficiente, são muito importantes, ainda que a legislação de acessibilidade no Brasil restrinja-se apenas a NBR 9050. Na obra o autor define:

No Brasil, segundo CARLETTO e CAMBIAGHI (2008),o debate sobre a questão iniciou-se de uma forma tímida em 1980, com o objetivo de conscientizar profissionais da área de construção. O ano de 1981 foi declarado pela organização das nações unidas (ONU) como o ano internacional das pessoas com deficiência. Com isso, o termo ganhou repercussão no país, fortalecendo o que na época denominava-se eliminação de barreiras Arquitetônicas ás pessoas portadoras de deficiência. (GOVERNO DE SÃO PAULO, 2010, p.24).

Na reunião realizada no *Center For Universal Design*,a equipe definiu sete princípios, considerados fundamentais para o planejamento e obras de acessibilidade. São eles descritos nas palavras do autor:

1. O uso equitativo

“Que propõe espaços, objetos e produtos que possam ser utilizados por usuários com capacidades diferentes, evitar discriminação dos usuários, oferecerem privacidade, segurança e proteção para todos os usuários, desenvolver e oferecer produtos atraentes para todos que usufrui do serviço.” (Governo de São Paulo, 2010, p.15).

2. O uso flexível

“Propõe criar ambientes ou sistemas construtivos que permitam atender as necessidades de usuários com diferentes habilidades e preferências diversificadas, admitindo adequações e transformações, possibilitar adaptabilidade ás necessidades do usuário, de forma que as dimensões dos ambientes da construção possam ser alteradas.” (Idem, p.16).

3. O uso simples e intuitivo

“Que oferece permitir a fácil compreensão e apreensão do espaço, independente da experiência do usuário, do seu grau de conhecimento, habilidade de linguagem ou nível de concentração, eliminar complexidades desnecessárias e ser coerente com as expectativas e intuição do usuário e por último disponibilizar as informações segundo a ordem de importância.” (Idem, p.17).

4. Informação de fácil percepção

“Propõe utilizar diferentes meios de comunicação, com símbolos, informações sonoras, táteis, entre outras, para compreensão de usuários com dificuldade de audição, visão, cognição ou estrangeiros, disponibilizar formas e objetos de comunicação com contraste adequado, maximizar com clareza as informações essenciais e tornar fácil o uso de espaço ou equipamentos.” (Idem, p.18).

5. Tolerância ao erro (segura)

“Visa considerar a segurança na concepção de ambientes e a escolha dos materiais de acabamento e demais produtos como corrimãos, equipamentos eletromecânicos, entre outros, a serem utilizados nas obras visando minimizar os riscos de acidentes.” (Idem, p.19)

6. Esforço físico mínimo

“Visa dimensionar elementos e equipamentos para que sejam utilizados de maneira eficiente, segura, confortável e com o mínimo de fadiga além de minimizar ações repetitivas e esforços físicos que não podem ser evitados.” (Idem, p.20)

7. Dimensionamento de espaços para acesso e uso abrangente

“Propõe acesso e uso confortáveis para os usuários, tanto sentados, quanto em pé, possibilitar o alcance visual dos ambientes e produtos a todos os usuários, sentados ou em pé, acomodar variações ergonômicas, oferecendo condições de manuseio e contato para os usuários com as mais variadas dificuldades de manipulação, toque e pegada e por último possibilitar a utilização dos espaços por usuários com próteses, cadeiras de rodas, muletas, entre outras, de acordo com suas necessidades para atividades cotidianas.” (Idem,p.21)

1.3.1 O Censo realizado pelo IBGE

Estudos e pesquisas comprovam que no Brasil o número de pessoas portadoras de algum tipo de deficiência é volumoso, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que já realizou pesquisas sobre o número da população Brasileira com algum tipo de deficiência nos anos de 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1991, 2000 e o mais recente publicado no ano de 2010, demonstra que os resultados apurados apontam acréscimos nos números, porém com as mudanças nos conceitos utilizados ou na formulação das perguntas, não permite a comparação direta entre esses levantamentos.

As perguntas formuladas no Censo demográfico 2010 buscavam identificar as deficiências visual, auditiva e motora, com os seus graus de intensidade, através da percepção da população sobre a sua dificuldade de enxergar, ouvir e locomover-se, mesmos com uso de instrumentos de facilitação como óculos ou lentes de contato, aparelho auditivo ou bengala, e da deficiência mental ou intelectual.

Os resultados do censo¹⁵ 2010 Apontaram que 45.606.048 milhões de pessoas declararam possuir pelo menos uma das deficiências investigadas, correspondendo a 23,9% da população Brasileira. Dessas pessoas 38.473.702 se encontram em áreas urbanas e 7.132.347 em áreas rurais. A região Nordeste concentra os municípios com os maiores percentuais da população, com pelo menos uma das deficiências investigadas.¹⁶

¹⁵ Censo é um conjunto de dados estatísticos que informam diferentes características dos habitantes de uma cidade, estado ou nação. (informações retiradas do site: <http://www.significados.com.br/censo>)

¹⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religio_deficiencia.pdf [acessado em: 18/01/2014].

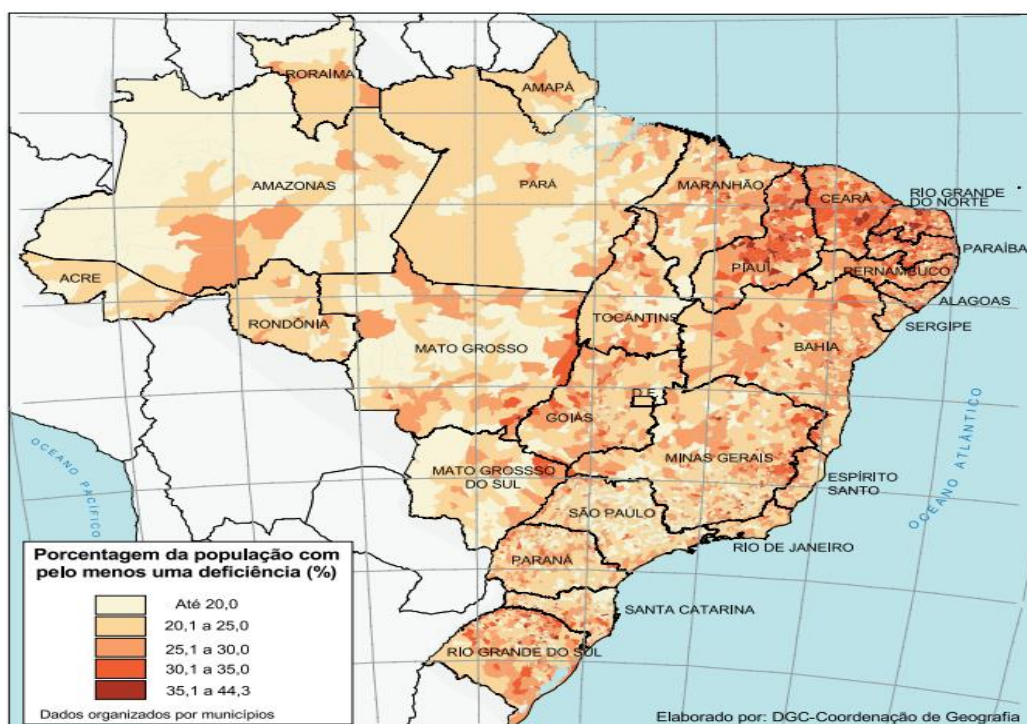
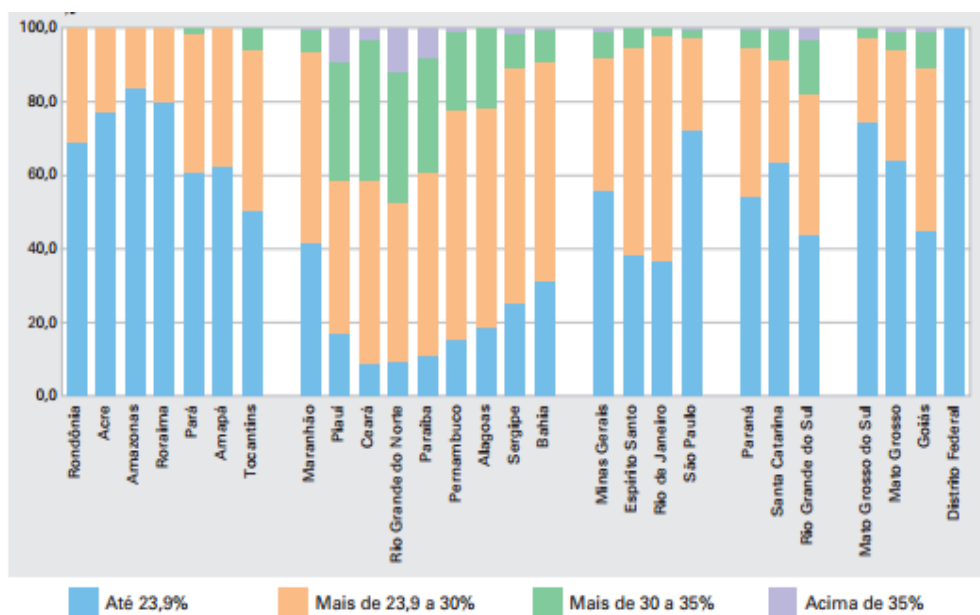


Imagem 2: Percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população Brasileira em 2010.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Imagem 3: Gráfico distribuição dos municípios, por grupo percentual de pessoas com pelo menos uma das deficiências investigadas na população residente, segundo as unidades da federação.

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2010.

Esses resultados comprovam a necessidade de políticas inclusivas que assegurem acessibilidade que na atribuição de seu significado, de acordo com as autoras Dischinger e Ely (2005) Definem como espaços acessíveis aqueles de fácil compreensão, que permite seus usuários, comunicar-se, interagir, participar de todas as atividades oferecidas pela instituição, sempre com autonomia, conforto e segurança, independente de suas restrições.

1.3.2. Tipos de Deficiências Abordadas na Pesquisa

Dentro desta proposta de pesquisa são abordadas as deficiências física, sensorial (visual, auditiva) e pessoas com mobilidade reduzida. Conforme o decreto nº 914/93 que define pessoas com deficiência como “aquelas que apresentam, em caráter permanente, perdas ou anomalias de sua estrutura ou função psicologia, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal para o ser humano.”

- Deficiência Física:

No que compreende a deficiência física, podemos considerar que um individuo é portador de deficiência, qualquer cidadão que possui alguma limitação, seja ela na estrutura psicológica (mente) ou estrutura física (corpo), As causas que levam aos problemas que comprometem as estruturas tanto psicológica, quanto física geralmente estão relacionadas ao sistema locomotor, levando ao mau funcionamento ou ate mesmo paralisia dos membros inferiores e/ou superiores, o que causa restrições ou em alguns casos limitações total para o individuo. A deficiência física pode ter várias agentes causadores, e podem ser relacionados como os principais registrados os: fatores genéticos, fatores virais ou bacterianos, fatores neo natal, fatores traumáticos (especialmente os medulares).¹⁷

¹⁷ Informações disponíveis no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia_f%C3%ADsica [acessado em: 18/01/2014]



Imagem 4: Deficiente físico.
Fonte: unimaui. br,2005



Imagem 5: Deficiente físico.
Fonte: Carolinedantas,2009

- Deficiência Auditiva

A deficiência auditiva, também conhecida como hipoacusia ou surdez, É caracterizada pela ausência total ou parcial de audição. As principais causas listadas como responsáveis pela deficiência auditiva são problemas de nascença ou causada em seguida por enfermidades, sendo classificadas como: pré-natais¹⁸, peri-natais ¹⁹e pós natais²⁰. As causas mais populares são hereditárias, ou originadas pelas doenças: rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovirus, herpes, intoxicações intra-uterinas, agentes físicos, alterações endócrinas, doenças infecciosas, bacterianas.

Relacionada à falta de audição existe outra limitação conhecida como mudez ou afonia. Esta deficiência compromete a capacidade total ou parcial de um indivíduo falar. A mudez esta intimamente relacionada á surdez, este fator pode ser justificado devido aos surdos de nascença, por não possuir a audição, não conseguir aprender desenvolver a fala. As principais causas de mudez são

¹⁸ Refere-se ao período anterior ao nascimento das crianças. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pr%C3%A9-natal> [consultado em 13/02/2014].

¹⁹ Peri-natal significa “em torno do nascimento”. Portanto, experiências perinatais são experiências relacionadas a todo o processo do nascimento, desde a concepção até o momento imediatamente após o parto. Disponível em: <http://somostodosum.ig.com.br/clube/artigos.asp?id=3038> [consultado em 13/02/2014].

²⁰ Que surge após o nascimento. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pr%C3%A9-natal> [consultado em 13/02/2014].

físicas, e podem estar relacionadas com: garganta, cordas vocais, língua, boca, pulmões, entre outros fatores.²¹



Imagem 6: Muda.
Fonte: Pensandoemlibras.2010.

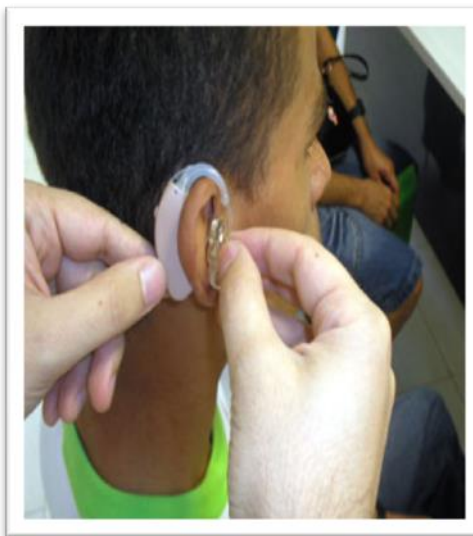


Imagem 7: Surdo.
Fonte: f5news.

- Deficiência Visual

A deficiência visual é caracterizada pela ausência de percepção visual, ou seja, a dificuldade de um indivíduo conseguir enxergar, causada por fatores fisiológicos ou neurológicos. A ausência total da perda de visão é definida como cegueira. Várias escalas têm sido desenvolvidas para descrever a influência da perda de visão e classificar o grau da deficiência. Cegueira total é a completa falta de percepção visual, clinicamente registrada como NLP, (*No light perception*)²². As causas que podem levar a cegueira ou problemas na visão são geralmente acidentes na região dos olhos e doença como: cataratas, glaucoma degeneração macular relacionada à idade, opacidade da córnea, retinopatia diabética cegueira infantil, tracoma e oncocercose.²³

²¹ Informações extraídas do site disponível em: <http://csgnecessidadesespeciais.wordpress.com/> [acessado em: 18/01/2014]

²² Que significa sem percepção de Luz. [tradução livre]

²³ Informações extraídas do site, disponível em: <http://csgnecessidadesespeciais.wordpress.com/> [acessado em: 18/01/2014].



Imagem 8: Deficiente Visual.
Fonte: Info.abril.

- Mobilidade Reduzida

Podemos considerar um indivíduo com mobilidade reduzida, aquele que temporária ou permanente, tem dificuldades de se locomover e utilizar espaços. Considera-se pessoas com mobilidade reduzida idosos, obesos, gestantes, convalescentes, mães com carrinho de bebê, ou pessoas que por algum motivo venham a usar muletas, cadeiras de rodas por um curto espaço de tempo, entre outros motivos semelhantes.²⁴



Imagem 9: Mobilidade reduzida.
Fonte: ego.globo.



Imagem 10: Mobilidade reduzida.
Fonte: lbv.org.

²⁴ Informações extraídas da Norma Brasileira ABNT 9050- **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004.disponível para download em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br> [acessado em 18/01/214]

1.3.3. Tipos de Barreiras

Diariamente portadores de deficiências e pessoas com mobilidade reduzida tendem a encontrar dificuldades, que se materializam na forma de obstáculos, barreiras que dificultam o acesso á lugares e informações, estas barreiras se tratando de Instituições culturais, estão relacionadas ao espaço físico, a postura da equipe de funcionários, as dificuldades encontradas dentro da proposta expositiva, e através dos textos e informações. Assim podemos classificar os tipos de barreiras encontradas por este tipo de público específico como barreiras físicas, atitudinais e sensoriais, compreendidas em:

- **Barreiras Física**

As barreiras físicas são dificuldades encontradas relacionadas ao espaço físico da instituição, normalmente surgem por que o espaço não foi projetado levando em conta as dessemelhanças de cada visitante. As Barreiras físicas de uma instituição se dão início ainda na área externa, com os acessos para mesma, como estacionamento, calças e obstáculos próximos a entradas, por exemplo: gralhas de esgoto, telefones públicos, postes de energia, entre outros. Na área interna consideramos como obstáculos as escadas, portas ou corredores estreitos, com relação ao acervo exposto a altura dos expositores, posição e inclinação, mesas, cadeiras e balcões com altura pouco adequada dentre outros fatores, podem ser considerados empecilhos a serem encontrados por portadores de deficiência ou mobilidade reduzida.

- **Barreiras Atitudinais**

As barreiras atitudinais estão relacionadas com a conscientização da equipe de funcionários da instituição, cabem à eliminação desta barreira suprimir qualquer preconceito ou desconhecimento sobre qualquer tipo de deficiência, capacitando os profissionais para receber e acolher da melhor forma possível os visitantes da instituição.

- **Barreiras sensoriais**

As barreiras sensorias compreendem as barreiras de comunicação entre a instituição e visitante, ou seja, o acesso a informação que é disponibilizada pela mesma, através de sinaléticas, recursos áudio visuais, legendas, orientações e

indicações sobre os espaços como balcões de informação, banheiros, lojas, restaurante, biblioteca, espaços administrativos e expositivos, saídas de emergência.

Com a preparação para receber os diversos tipos de público e a eliminação das barreiras, as instituições culturais, museus, centros de memórias colaboram para a diminuição das desigualdades sociais, e a diminuição do preconceito contra pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, através da promoção da acessibilidade que segundo as palavras de Sarraf (2008):

Acessibilidade em museus significa que as exposições, espaços de convivência, serviços de informações, programas de formação e todos os demais serviços básicos e especiais oferecidos pelos equipamentos culturais devem estar ao alcance de todos os indivíduos, perceptíveis a todas as formas de comunicação e com sua utilização de forma clara, permitindo a autonomia dos usuários. Os museus para serem acessíveis, portanto, precisam que seus serviços estejam adequados para serem alcançados, acionados, utilizados e vivenciados por qualquer pessoa, independente de sua condição física ou comunicacional. (Sarraf, 2008, p.38).

CAPÍTULO II

ANÁLISE DA ACESSIBILIDADE NO MEMORIAL DO PODER JUDICIÁRIO DE SERGIPE

2.1. Aplicação da ficha diagnóstico

Para analisar a acessibilidade de uma instituição é necessário estabelecer um parâmetro a ser seguido, dentro desta análise será utilizada como referência a Norma Brasileira ABNT 9050, que:

Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados na construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, visando proporcionar ao maior número de indivíduos independente de idade, estatura ou limitação de mobilidade e percepção, a utilização de maneira autônoma e segura do ambiente, edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos assim assegurando acessibilidade a todas as instâncias. (ABNT 9050, 2004, p.01).

O modelo da ficha diagnóstico a ser seguido foi extraído da tese de Amanda Pinto da Fonseca Tojal, apresentada à Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, no ano de 2007. Que possuía como objetivo comprovar que é possível uma instituição cultural oferecer através de políticas de inclusão social acessibilidade aos seus visitantes portadores de deficiência sensoriais, físicas, mentais ou com outras limitações.

Através da reflexão da pesquisa realizada pela referida autora, foi possível chegar à conclusão da importância da aplicação de uma ficha diagnóstica dentro de uma instituição. Por intermédio dos resultados obtidos podemos observar as possíveis falhas e condições favoráveis, que possam prejudicar ou auxiliar ao público visitante com deficiência física, sensorial ou mobilidade reduzida, dentro de uma instituição cultural, para delimitar a questão faço uso das palavras de Tojal (2008), citando Almeida (2005) que conceitua:

Os principais objetivos para a concepção e aplicação de um diagnóstico são os de poder “identificar pontos fortes e fracos” na estrutura e no funcionamento da organização, compreender a

natureza e as causas dos problemas ou desafios apresentados, descobrir formas de solucionar esses problemas, e melhorar a eficiência e eficácia organizacionais. (TOJAL, 2007, p.179).

Assim, o objetivo da aplicação de uma ficha diagnóstico na instituição, é poder Detectar, identificar e tentar encontrar soluções para as possíveis dificuldades que terão que ser enfrentadas por pessoas portadoras de algum tipo deficiência, seja ela física, motoras, auditivas ou visuais, pessoas com mobilidade reduzida ao visitar a instituição Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, portanto contribuindo para assegurar a igualdade entre todos, através de uma política de inclusão social, que aborda desde a facilitação do contato e linguagem da instituição com o visitante portador de deficiência, as possíveis formas de acessibilidade.

A aplicação do diagnóstico foi realizada durante uma visita técnica que consistiu preencher a ficha, fotografar e medir os espaços da instituição que auxiliará na conclusão da análise. A composição da ficha se divide em dois segmentos que são eles: acessibilidade física e acessibilidade sensorial. Dentro das especificações de cada segmento vão se dividindo em sub tópicos como estacionamento, passeios e vias de acesso, textos de comunicação da instituição, acesso a escadas, rampas, elevadores, banheiros, balcão de informações, telefones, portas, corredores, desníveis expositores, como se encontram os possíveis obstáculos (iluminação, percurso tátil e acessível, zonas de descanso) dentre outras informações, que serão analisadas logo mais com a qualificação da ficha.

O Memorial do Poder Judiciário de Sergipe não possui todos os parâmetros e espaços analisados dentro do modelo da ficha, por ser um prédio antigo, tombado, sabemos que as devidas alterações e modificações se tornam difíceis de serem autorizadas. Mas dentro das limitações a instituição encontra-se dentro da lei NBR 9050, portanto, considerada uma instituição acessível, que através da análise a seguir será discutido cada espaço da instituição.

FICHA DIAGNÓSTICO

I-ACESSIBILIDADE FÍSICA

Museu ou Instituição Cultural:	Memorial do Poder Judiciário de Sergipe
Local: Aracaju-Se	Data: 11/11/2013
Diretor ou funcionário entrevistado:	Manoel Clemente da Rocha Neto
ACESSO AO EDÍFICIO	

1-ÁREAS EXTERNAS

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Estacionamento (vaga reservada e sinalizada)				A instituição não possui estacionamento para clientes, mas disponibiliza uma vaga para deficientes físicos, no anexo do prédio.
Pátios				O pátio possui guia tátil até a escada de acesso principal.
Jardins				Não possui.

2- ENTRADAS E SAÍDAS

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Acesso principal				Possui guia tátil, apesar da escada não possuir corrimão em ambos os lados, a escada possui boa aderência.
Acesso secundário				Possui porta larga de vidro, sinalizada com forte contraste.
Saída de emergência				As saídas de emergência não são bem sinalizadas nem visíveis.

3-CIRCULAÇÃO

3.1-Circulação horizontal

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Hall de entrada				Área livre pra circulação, porém possui como obstáculo mesa com cadeiras de ferro.
Área para recepção do público				Na recepção possui balcão de informações.
Auditório				Não possui lugares reservados para deficiente, mas possui espaço para cadeiras de roda.
Loja				
Cafeteria				
Banheiros				Possui apenas banheiro adaptado no térreo.
Corredores				
Portas				
Pisos				Piso estável.
Passagens				

3.2-Circulação vertical

A) Rampas

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Piso e inclinação				A instituição não possui rampas, apenas lance rebaixado.

B) Corrimãos

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Rampas				
Escadas				Porém a escada que leva ao auditório não

				possui corrimão.
Desníveis e degraus				

C) Elevadores

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Localização				Instalado numa área bem localizada não atrapalha a circulação dos visitantes.
Botões (alcance manual e legibilidade)				Os comandos têm sinal luminoso e versão em braile.

3.3-Equipamentos

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Mobiliário (bancos, balcões e guichês)				
Cadeira de rodas				Possui uma (01) cadeira disponível na instituição.
Telefones públicos				
Instalações sanitárias				Possui banheiro unissex para deficientes acessível e a versão masculina também é considerada adaptada.
Bebedouros				Necessita da instalação de bebedouros.
Extintores de incêndio				

3.4-Utensílios Manuseáveis

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Puxadores e maçanetas (alcance e manuseio)				Os puxadores não são no formato “alavanca” difícil de manusear.

4-EXPOGRAFIA

4.1- Circulações no Espaço Expositivo

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Vãos e portas				Portas largas, não atrapalha a passagem de visitantes com dificuldade de locomoção.
Espaços entre objetos, bases e painéis				Objetos bem localizados.
Áreas de descanso (bancos, cadeiras ou apoios)				Possuem em ambientes diferentes, bancos e cadeiras com alturas e larguras diversas.

A) Segurança

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Pisos, degraus e desníveis				Piso estável. E os desníveis são bem sinalizados.
Tapetes, capachos e passadeiras				
Bases e suportes dimensão /estabilidade				

4.2- Iluminações no Espaço Expositivo

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Intensidade				Iluminação adequada para os ambientes da instituição.
Direção				Iluminação feita em trilhos.

4.3-Apresentação de obras e objetos na exposição

A) Visibilidade e localização

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Alcance visual e/ou manual (obras na vertical ou horizontal)				A Instituição utiliza como parte do acervo painéis informativos (possui letras no tamanho adequado), maquetes bem localizadas.
Aproximação				
Contraste				
Iluminação				
Segurança				

B) Vitrines e bases de apoio

ASPECTO CONSIDERADO	ACESSÍVEL	NÃO ACESSÍVEL	NÃO APLICÁVEL	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Altura (alcance visual)				Alcance visual adequado para cadeirantes e pessoas de baixa estatura.
Aproximação (nichos, reentrâncias)				A maioria dos expositores estão expostos lado a lado, no centro das salas, permitindo visualização por ambos os lados.
Inclinação				

II-ACESSIBILIDADE SENSORIAL

ACESSO Á INFORMAÇÃO E MEDIAÇÃO

1. Programação Visual

1.1-Sinalização

ASPECTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Apresentação e fachada			Possui nome da instituição com letras legíveis e grandes.
Localização e legibilidade (altura, tamanho, contraste e cor)			Boa localização e possui contraste cromático.

1.2-Informações

ASPECTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Textos e imagens			Textos e imagens com bom tamanho, mas alguns painéis possuem muitas informações que dificulta o conforto visual.
Legendas e etiquetas			Bem sinalizadas
Multimídia (altura e manuseio dos comandos, legendas, traduções, vídeos e áudio- guias)			A instituição não possui este tipo de recurso.

2. Ação Educativa Inclusiva

2.1-Indireta: Recursos Multissensoriais

A) Espaços com obras/objetos interativos

ASPECTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Mesas, bases de apoio, caixas ou gavetas pedagógicas.			
Ambientação (sonoras, olfativas,			

cenográficas)			
Percurso tátil em obras ou objetos originais selecionados (toque sem ou com luvas)			

B) Reprodução bi ou tridimensionais

ASPECTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Maquetes do edifício e seus arredores			Possui maquete do edifício.
Mapas táteis			
Pinturas em relevos, versões simplificadas de pinturas (detalhes de imagens) ou imagens em alto-contraste.			
Replicas de esculturas ou obras tridimensionais (ampliadas ou reduzidas)			
Jogos sensoriais			
Amostras ou materiais (artesanais ou manufaturados) referentes aos objetos e obras originais			
Publicações especializadas (textos e imagens adaptadas aos diferentes níveis de compreensão e em dupla leitura, letras ampliadas, braile e imagens em relevo.)			

2.2-Direta

A) Visitas orientadas e atividades complementares

ASPECTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
---------------------	-----	-----	------------------------

Visitas orientadas por educadores a grupos especiais ou inclusivos			
Oficinas			
Tradução a linguagem de sinais			
Assessorias e consultorias			

B) Parcerias, assessorias e consultorias

ASPCTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Contatos e parcerias (instituições educativas, culturais, organizações sociais, associações e representantes de pessoas com deficiência)			
Avaliação do público alvo			

C) Cursos de formação e conscientização funcional

ASPCTO CONSIDERADO	SIM	NÃO	COMENTÁRIOS ADICIONAIS
Consciência funcional para recepção de públicos portadores de deficiência			
Formação de estudantes e profissionais em ação educativa e inclusiva			

III- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Classificação da Acessibilidade Física e Sensorial da Instituição

Classificação ²⁵	Item selecionado	Comentários adicionais
Adequado		
Adaptado		Foi possível diagnosticar que a instituição passou por uma reforma na parte interna e externa, com a realização de adaptações visando proporcionar acessibilidade ao público com deficiências.
Adaptável		

²⁵ Dentro da classificação da norma Brasileira ABNT 9050:2004(p.02) pode ser classificado como:
Adequado: Espaços, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.
Adaptado: Espaços, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos ou elemento cujas características foram alteradas posteriormente para serem acessíveis.
Adaptável: Espaços, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos ou elemento cujas características podem ser alteradas para que se torne acessível.

2.2. Avaliação da ficha

Com os resultados obtidos sobre o espaço do Memorial do Poder Judiciário podemos observar e constatar aspectos positivos e negativos relacionados a favorecer condições acessíveis aos seus visitantes. Nota-se que foram realizadas alterações com o objetivo de atender melhor os diversos tipos de público, principalmente no que diz respeito à acessibilidade física. Quanto a medidas que auxiliassem na eliminação de barreiras sensoriais e atitudinais dentro na instituição não foram constatados projetos que auxiliem nesse processo, um fator que pode justificar essa realidade é que a instituição tem como objetivo promover eventos, cursos, palestras e onde que a maioria das exposições concebidas são de curta duração, possuindo apenas uma de longa duração que tem como missão expor a trajetória do memorial cujos elementos que conta como parte do acervo compreende: painéis informativos, maquete e mobiliário antigo.

O quadro de funcionários não possui um colaborador treinado para atender ao público portador de deficiência, assim dentro desta pesquisa nos campos que propõe analisar as medidas sócio educativas que visa eliminar as barreiras sensoriais e atitudinais. Serão apontadas sugestões dentro da perspectiva e realidade do estabelecimento, visando solucionar ou ao menos minimizar essas lacunas existentes, no que se refere às barreiras físicas a metodologia aplicada consiste em avaliar os resultados com base na norma da ABNT 9050, onde que podemos pontuar nos quesito:

- Estacionamento:

A instituição não possui estacionamento para visitantes, mas possui uma garagem com acesso pela lateral, Rua Itaporanga, que comporta três veículos pequenos ou dois grandes. O memorial informa que caso haja necessidade, uma das vagas fica disponível para o visitante com deficiência, mas não possui demarcações nem dimensões adequadas.

Recomendado: Segundo as normas da ABNT, caso o memorial possui-se os mesmos deveriam estar situados lado a lado, demarcados a amarelo com o símbolo internacional. Ter as dimensões mínimas de 550 x 350 cm, e estar o mais perto possível da entrada do museu. Possuir lugares reservados para carga / descarga de cadeiras de rodas, e esses lugares deveria haver reentrância e o símbolo internacional. (ABNT 9050, 2004, p.69).

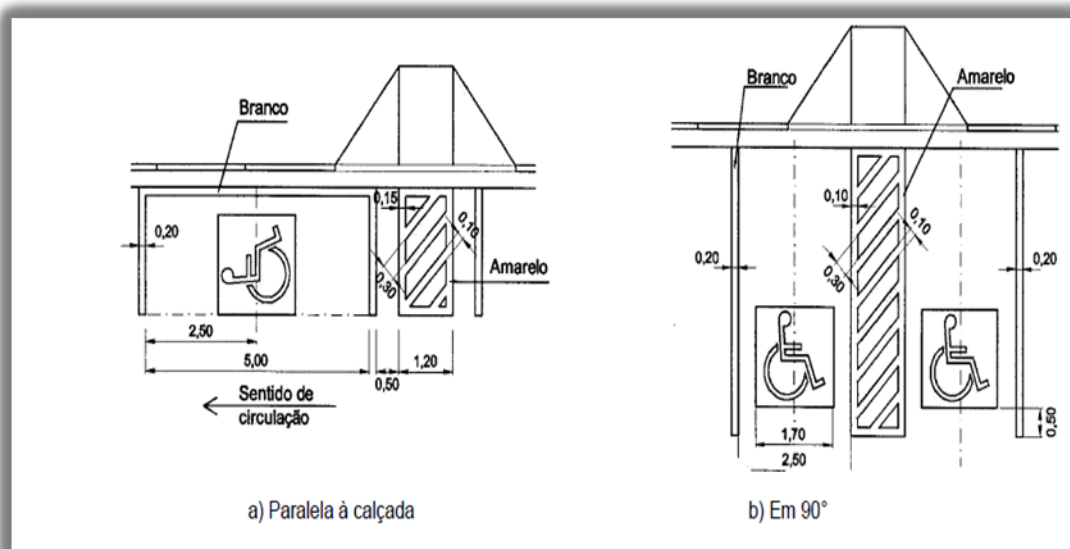


Imagem 11: Vaga reservada para Deficiente.
Fonte: NBR-9050(2004).

- Passeios:

De acordo com a ficha diagnóstica os passeios não possuem largura mínima de 225 cm estabelecida (possui 197 cm), e não cumprem a largura mínima livre de 120 cm (livre 97 cm). Os pavimentos não são compactos e não possuem boa aderência, cumpre a inclinação máxima longitudinal que é de 6% e transversal de 2 %, os lances das passagens de peões não são rebaixados a toda a largura, o desnível não ultrapassa 2 cm e têm uma inclinação suave. As aberturas das grelhas das tampas dos esgotos de águas pluviais excedem 2 cm(46cm). Ainda na calçada da instituição possui uma guia rebaixada.



Imagem 12: Guia Rebaixada.
Fonte: Foto Oliveira (2013)



Imagem 13: Calçada do Memorial.
Fonte: Foto Oliveira (2013)

Recomendado: Segundo a norma deveria ser garantida uma faixa livre no passeio, além do espaço ocupado pelo rebaixamento, de no mínimo 80 cm sendo recomendável 120 cm. As obras laterais dos rebaixamentos devem ter projeção horizontal mínima de 0,50 e compor planos inclinados de acomodação, a inclinação máxima recomendada é 10%. (ABNT 9050, 2004, p.65).

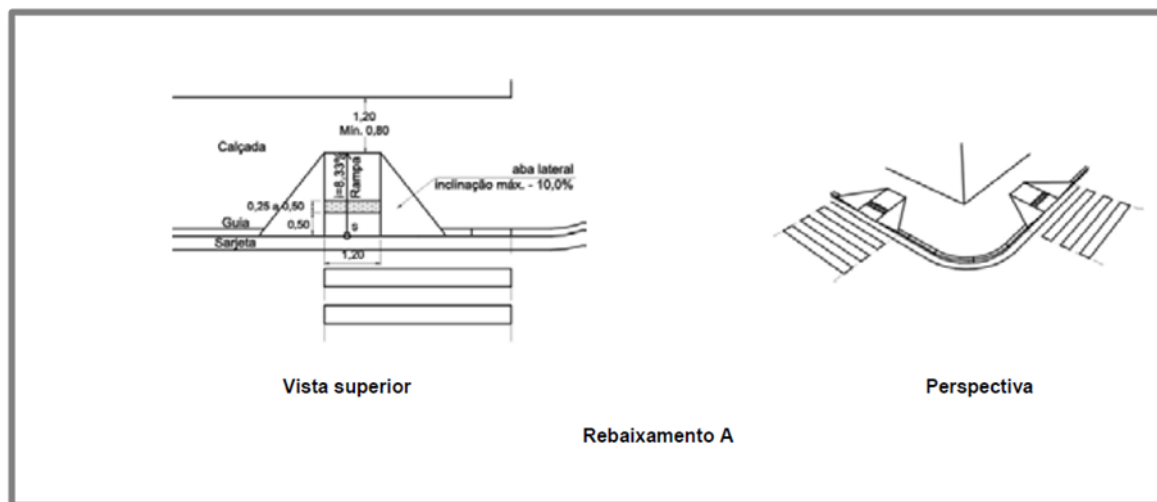


Imagem 14: Passeio e Calçada rebaixada.
Fonte: NBR-9050(2004)

- Entradas

Existem duas entradas de acesso área de exposições da instituição. A entrada principal do prédio, cujo acesso é por uma escada que possui corrimão em um dos lados, e outra cuja porta é de vidro, mas possui o vidro assinalado com contraste cromático ao nível do chão e dos olhos, a largura da mesma cumpre com a largura útil mínima que é de 97 cm e a soleira não tem altura superior a 2 cm.



Imagem 15: Entrada Principal.
Fonte: Foto Oliveira(2013)

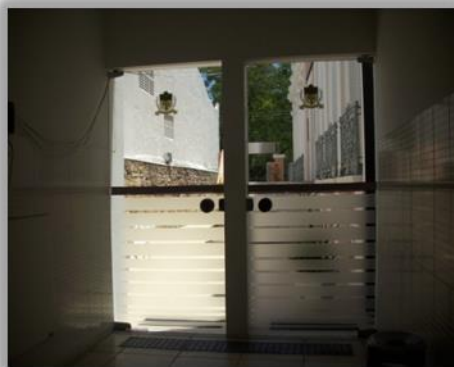


Imagem 16: Entrada Secundária.
Fonte: Foto Oliveira (2013)

Recomendado: Segundo a norma as entradas devem ser bem sinalizadas, cumprir uma largura útil, os pisos devem possuir boa aderência e os desníveis serem bem demarcados, no caso de portas de vidros deve está assinaladas com fita de forte contraste, com a finalidade de destacar. Como também as adaptações de edificações e equipamentos urbanos devem ser previsto no mínimo um acesso, vinculado através da rota acessível á circulação principal e as circulações de emergência (quando existirem) nestes casos a distância entre cada entrada acessível e demais não pode ser superior a 50 m. (ABNT 9050, 2004, p.48).

- Informações

Com relação às informações, a instituição apresenta o seu nome de forma legível com letras com uma média de 15 cm de altura. Possui fortes contrastes cromáticos, porém não possui versão em Braille e nem versão sonora. Não possui horário de funcionamento do museu visível para os visitantes.



Imagem 17: Placa do Memorial.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

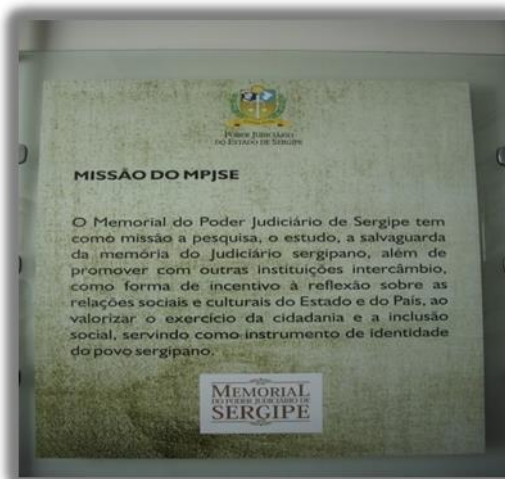


Imagem 18: Placa de missão.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

Recomendado: As informações devem está bem localizadas, legíveis, com letras que permitam fácil visualização do que contenha escrito, com tamanho considerável, com contornos bem definidos, simetria e poucas palavras. Caso possível à instituição também deverá adotar a versão em braile ou sonora.

- Escadas, Degraus e corrimãos.

O Memorial possui vários ambientes em que o acesso é dado através de escadas, apesar de possuir um elevador que atinge todas as áreas expositivas da instituição, nem todas as escadas possuem corrimão em ambos os lados, e nem estão associados à rampas.

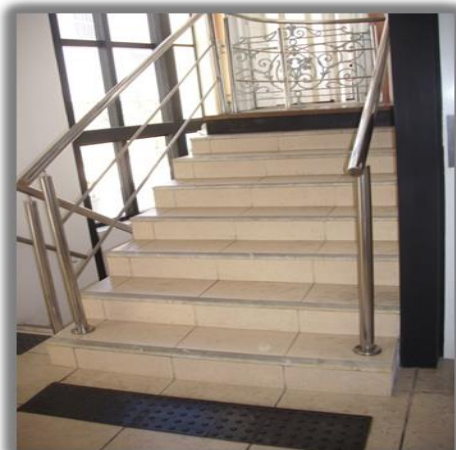


Imagem 19: Escada-sala de exposição.
Fonte: Foto Oliveira (2013).



Imagem 20: Acesso auditório.
Fonte: Foto Oliveira (2013)

Recomendado: Os degraus e escadas fixas em rotas acessíveis devem estar associadas à rampa ou equipamento de transporte vertical. A inclinação das escadas não deve exceder 1%, e a largura deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de visitantes, a largura mínima recomendada é de 150 cm, sendo no mínimo permitidos 120 cm, o primeiro e último degrau de um lance devem estar sinalizados. Nas rotas acessíveis não devem ser utilizados degraus e escadas fixas com espelhos vazados, quando for utilizado bocel ou espelho inclinado à projeção da eraste pode avançar no máximo 150 cm sobre o piso abaixo. (ABNT 9050, 2004, p.45).

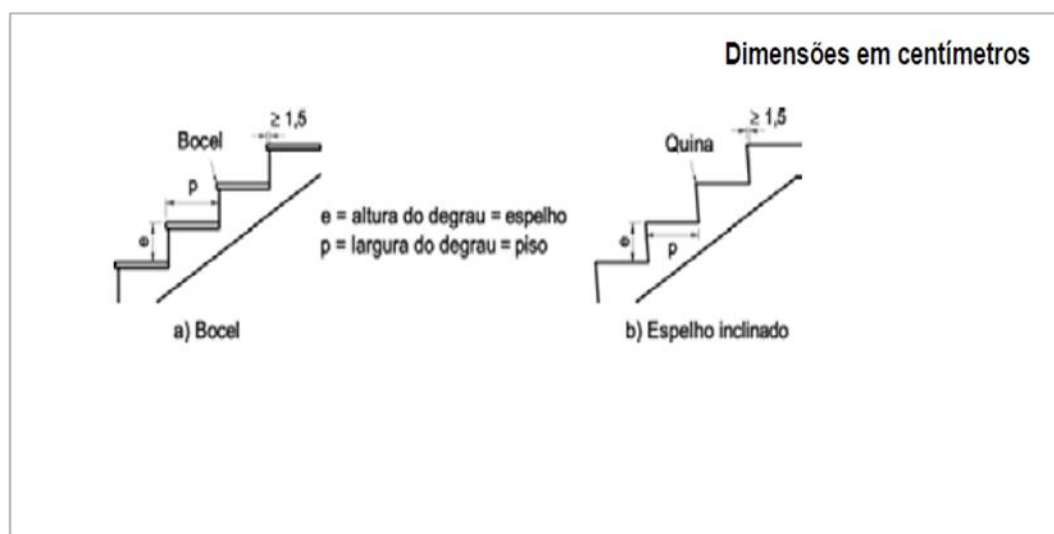


Imagem 21: Altura e largura do degrau.

Fonte: NBR-9050(2004)

Quanto ao corrimão o mesmo deve garantir boa preensão das mãos, possuir as bordas boleadas, a fim de evitar acidentes caso deslize e se tornem escorregadios com suor ou algo similar. A norma estabelece que os corrimãos laterais devam ser contínuos, sem interrupção nos patamares das escadas ou rampas, e as que não forem isoladas das áreas adjacentes por paredes devem possuir de guarda-corpo associados ao corrimão. (ABNT 9050, 2004, p.48).

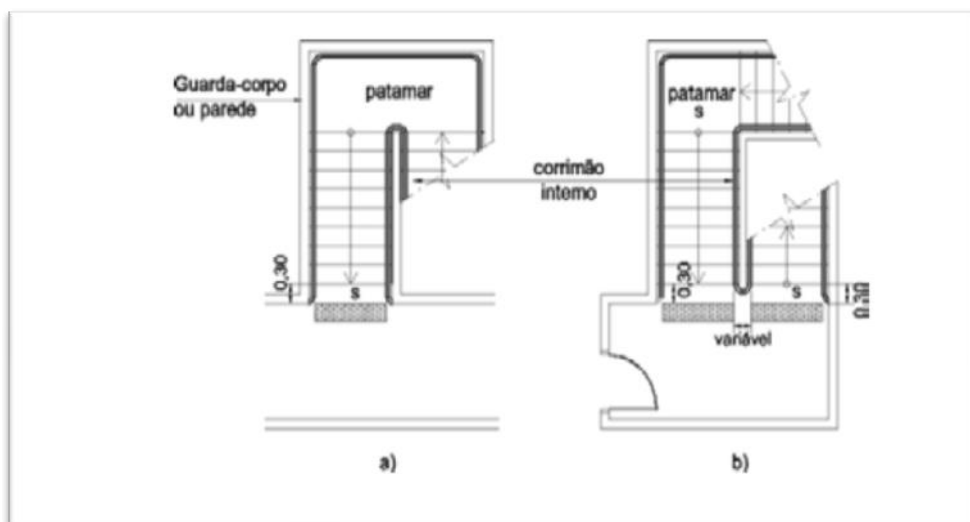


Imagem 22: Corrimãos laterais em escadas.

Fonte: NBR-9050 (2004)

- Banheiro

O banheiro possui porta que abre para o exterior com largura de 90 cm, a cabine possui 1,57cm x 1,64 cm. O sanitário tem uma posição que permite acesso por ambos os lados, está colocada no chão e não sobre um degrau além de ter barras de apoio bilateral rebatíveis a 76 cm de altura. O pavimento oferece boa aderência, o lavatório situa-se a 86 cm do chão, não possui coluna, nem torneiras automáticas ou tipo hospitalar, espelho, chuveiro, mictório e boxe e os acessórios não estão a uma altura acessível.



Imagem 23: Acento sanitário.

Fonte: Oliveira (2013)



Imagem 24: Lavatório.

Fonte: Oliveira (2013)

Recomendado: Segundo a norma os sanitários acessíveis devem estar bem sinalizados e localizados, próximos as áreas de circulação principal, devem obedecer aos parâmetros que compreende a instalação de bacias, mictório, lavatório, boxe do chuveiro, acessórios e barras de apoio, além de áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.

Os pisos devem possuir superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas e carrinho de bebê). As barras de apoio devem suportar um esforço de no mínimo 1,5 KN em qualquer sentido, ter diâmetro entre 3 cm e 4,5 cm e estar firmemente fixadas em paredes, a uma distância mínima de 4 cm da face interna da barra, suas extremidades devem estar fixadas justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado, e se o material for metálico, deve ser resistente a corrosão, devem ser instaladas próximas a bacia sanitária, na lateral e fundo, na posição horizontal para apoio e transferência com comprimento mínimo de 0,80 m a 0,75 m de altura do piso acabado. (ABNT 9050, 2004, p.54).

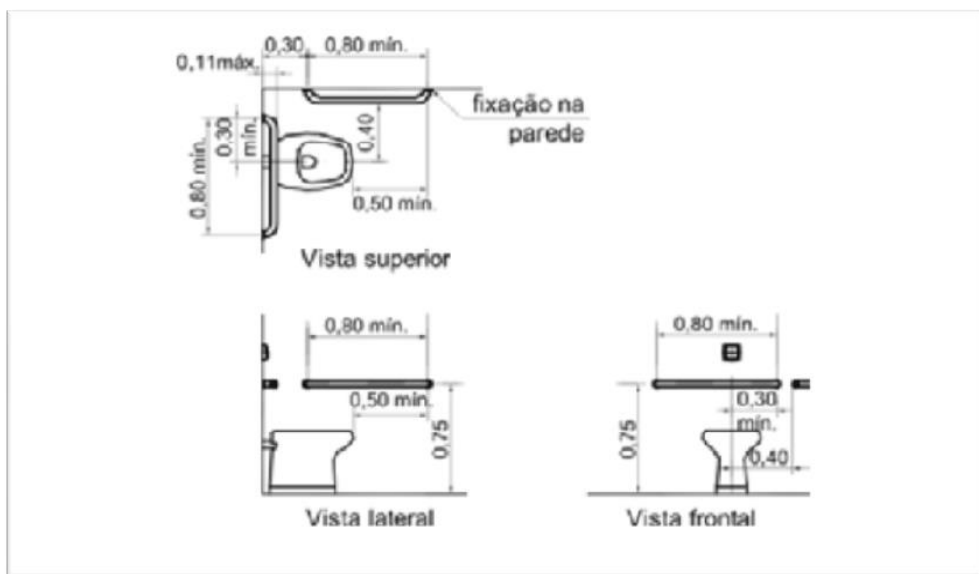


Imagem 25: Vaso Sanitário- barras de apoio lateral e de fundo.

Fonte: NBR-9050(2004)

Os lavatórios devem ser suspensos, sendo que a borda superior deve estar a uma altura de 78 cm a 80 cm do piso acabado e respeitando uma altura livre mínima de 73 cm na sua parte inferior frontal. As torneiras do lavatório devem ser acionadas por alavanca, sensor eletrônico ou dispositivo similar, e o comando da

mesma instalada no máximo 50 cm da face externa frontal do lavatório, também deve ser instalada barras de apoio junto ao lavatório. (ABNT 9050, 2004,p.74).

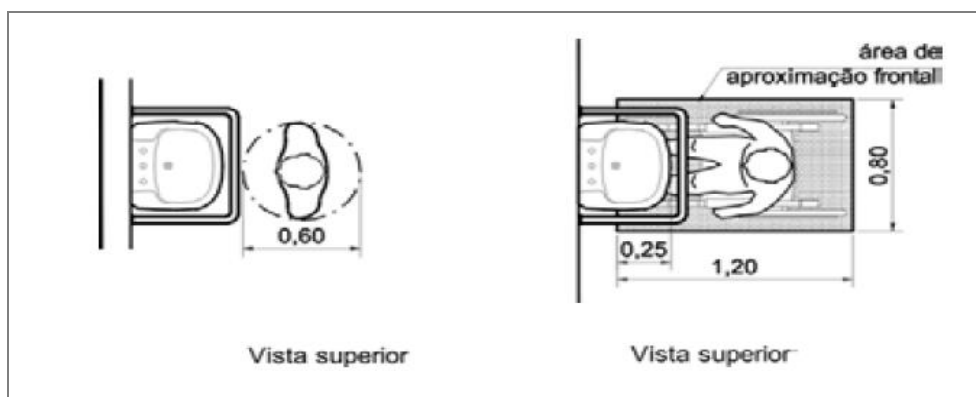


Imagem 26: posição do Lavatório.

Fonte: NBR-9050(2004)

Os acessórios tais como cabides, saboneteiras e toalheiros devem ter sua área de utilização dentro de uma zona de conforto, ao alcance dos usuários de diversas estaturas. (ABNT 9050, 2004, p.76).

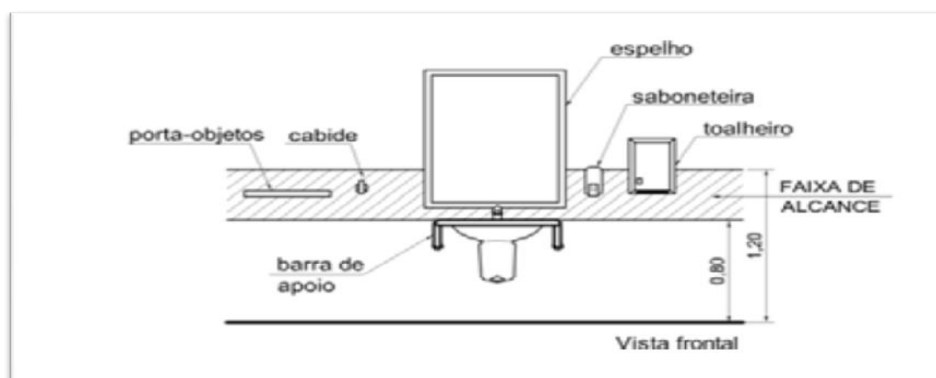


Imagem 27: Acessórios junto ao lavatório.

Fonte: NBR-9050(2004)

- Comunicação/ sinaléticas

As saídas e entradas da instituição estão bem identificadas, não possui mapas de orientação, tem parte dos percursos indicados com símbolos visuais e táteis de fácil compreensão, os símbolos para os banheiros de homens e mulheres são bem distintos. Há textos de fácil leitura nos painéis e folhetos. Existem textos em versão ampliada, mas não há textos em Braile, anéis de

indução magnética ou dispositivo semelhante e nem disquetes ou CD-ROM para o uso do visitante que traz o seu próprio equipamento de comunicação.

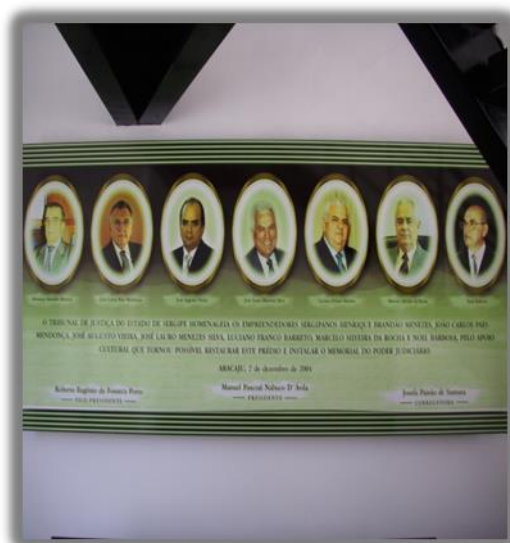


Imagem 28: Pannel Colaboradores.
Fonte: Foto Oliveira (2013).



Imagem 29: Sinalética.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

Recomendado: Segundo a ABNT 9050 as informações devem ser perceptíveis a pessoas com baixa visão, devem possuir boa legibilidade, fator que auxiliará neste processo é o contraste entre texto e plano de fundo, devem possuir acabamento fosco, com a finalidade de evitar reflexo em materiais brilhantes. Os textos de orientação devem conter as mesmas informações em braile, possuir poucas palavras, apenas uma oração, está na forma ativa, recomenda-se a utilização de letras sem traços de difícil leitura, como fontes itálicas, recortadas, manuscritas com sombras, com aparência tridimensional ou distorcidas. (ABNT 9050, 2004, p.22).

- **Acessos**

O acesso à área de exposição possui escadas com largura mínima de 120 cm. Os corrimões estão em ambos os lados a 90 cm de altura. Permitem boa preensão das mãos, medem 5 cm de diâmetro com extremidades arredondadas, possuindo focinhos assinalados com contraste cromático com uma largura de 5 cm em cada face, mas não são boleado, e a altura máxima do espelho é de 16 cm. O piso tem boa aderência, existe uma diferenciação de textura e cor no início e fim das escadas, a instituição não possui rampas.

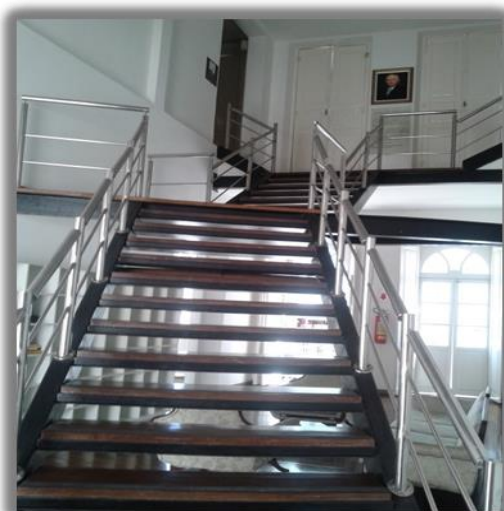


Imagem 30: Acesso salas 2º andar.
Fonte: Foto Oliveira (2013).



Imagem 31: Acesso salas 1º andar.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

Recomendado: Segundo a norma ABNT 9050 as orientações a ser seguidas podem ser as mesmas aplicadas no item “entradas”. Ou seja, devem ser bem sinalizadas, cumprir uma largura útil nas portas, corredores e vias de acesso, os pisos devem possuir boa aderência e os desníveis serem bem demarcados. Quando possuir escadas ter corrimão em ambos os lados, com bordas boleadas e o primeiro e último degrau devem estar demarcados com textura e cores diferentes, sinaléticas indicado percurso, áreas de exposição, entradas e saídas, banheiros e saída de emergência. Como também, caso a estrutura da instituição permita possuir piso tátil com orientação de percurso. (ABNT 9050, 2004, p.48).

- Área de exposição

Com relação à área de exposição às portas são simples vãos na parede, são portas que abrem manualmente com puxador de alavanca, os manípulos encontram-se a uma altura de 90 cm. As portas de vidro estão assinaladas com um forte contraste cromático tendo largura útil mínima de 97 cm. Os corredores têm 150 cm de largura, a iluminação é regular e boa, os desníveis estão bem assinalados, possui expositores com vidro até o chão, sem proteção com uma altura mínima de 25 cm do solo.



Imagem 32: Expositores.
Fonte: Foto Oliveira (2013).



Imagem 33: Painéis.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

Recomendado: As salas de exposição devem ser bem iluminadas, sinalizadas, possuir áreas de descanso, os expositores devem estar bem alinhados, fora do percurso de visitação, caso sejam de vidro possuir uma proteção com no mínimo 25 cm do solo, possuir extremidades arredondadas, a fim de evitar acidentes, inclinados para permitir uma boa visualização do acervo exposto à cadeirantes, e pessoas de baixa estatura. As legendas devem possuir versão braile, conter pouco texto, letra de fácil leitura e tamanho considerável, e está fixada em bom local de observação. (ABNT 9050, 2004, p.83).

- **Auditório**

O auditório possui acesso pelo elevador e por escadas, que possui desníveis com diferenciação de textura e cor no início e fim. Tem piso com boa aderência e bem iluminados. Não existem lugares reservados para os visitantes de cadeiras de rodas, mas possui espaço que comporta cadeirantes.



Imagem 34: Espaço do auditório.
Fonte: Foto Oliveira (2013).



Imagem 35: Auditório.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

Recomendado: O auditório deve possuir espaços reservados para pessoas com cadeira de rodas, assentos para pessoas com mobilidade reduzida e obesa, devem estar localizada em uma rota acessível vinculada a uma rota de fuga, distribuídos pelo espaço ao lado de assento para acompanhante (recomendável dois lugares) garantir conforto, segurança, boa visibilidade e acústica. (ABNT 9050, 2004, p.81).

- Recursos

O memorial do Poder judiciário de Sergipe possui como recursos que visa auxiliar uma visita com autonomia e conforto de seus visitantes portadores de deficiências físicas, cadeira de rodas, linha-guia e elevador com sinais luminosos e números com versão em braile.



Figura 36: Cadeira de rodas.
Fonte: Foto Oliveira(2013).



Imagem 37: Elevador.
Fonte: Foto Oliveira(2013).



Imagem 38: Painel elevador.
Fonte: Foto Oliveira(2013).

Recomendado: No que diz respeito aos elevadores, os mesmos devem possuir instrução de uso fixada próximo a boteira, indicar posição para embarque e indicação dos pavimentos atendidos, o patamar não possuir desníveis, degraus ou obstáculos, as portas e vãos devem ter uma largura útil de pelo menos 80 cm, haver barras no interior das cabines a uma altura de 90 cm e 6 cm da parede, possuir comandos luminosos e demarcados em braile a uma altura de 90 cm. (ABNT 9050, 2004, p.48).



Imagem 39: Piso Tátil.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

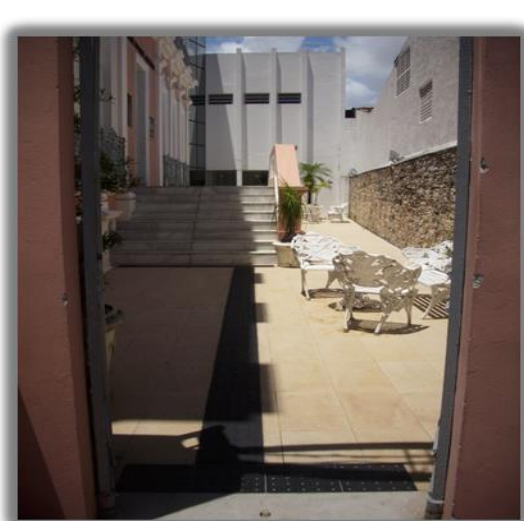


Imagem 40: Linha guia.
Fonte: Foto Oliveira (2013).

2.3. Resultados e conclusões

Primeiramente, é importante ressaltar que o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe está instalado em um prédio, que foi construído no final do séc. XIX e por ser uma edificação tombada pelo Governo Estadual, através do decreto nº 6.822 de 28 de Janeiro de 1985, inscrição no livro de tombo nº 01, geral-fl.09e10.²⁶ possui limitações a reformas e conseqüentemente as adaptações que contribuirão para a acessibilidade. Quanto ao quesito acessibilidade física foi possível detectar que a instituição adotou medidas que auxiliam no processo de inclusão ao público específico desta pesquisa, com instalação de elevador, barras de apoio, piso tátil, linha-guia, possui uma cadeira de rodas a disposição dos visitantes, as entradas e saídas possui largura considerável, quanto aos textos de informação apesar de possuir letras ampliadas, com forte contraste, nota-se a carência de textos em braile, recursos áudio-visual que possam atender um público maior, inclusive ao público infantil, onde que poderia ser oferecida uma diferente proposta de observação, já que a instituição possui como missão divulgar e expor a função, importância do poder judiciário, atingindo desta forma um maior número de visitantes.

No que abrange a acessibilidade sensorial, especificando a auditiva e visual, a instituição não possui recursos que auxiliem na decodificação da proposta expositiva, os textos como citado anteriormente não são acessíveis, não possui replicas do acervo, amostras de matérias artesanais ou manufaturados referente aos objetos e obras, pinturas em relevo ou imagem em alto-contraste, não possui ações educativas e nem tem um colaborador treinado da instituição para acolher este tipo de visitante, as sinaléticas também são insuficientes quanto a informações de entradas e saídas, inclusive de emergência e orientação de visitação.

Dentro da proposta e missão da instituição seria importante analisar uma proposta de ação educativa, que iria auxiliar como ferramenta de aproximação entre o público visitante, seja ele deficiente, infantil ou adulto, mas que oferecia outras formas de assimilar, conhecer e divulgar a proposta educacional da instituição. Trataremos como mais atenção esse assunto no decorrer do próximo capítulo.

²⁶ Diário oficial do Estado de Sergipe, nº 19.794, de 29 de janeiro de 1985, p.02.

CAPÍTULO III

AÇÕES EDUCATIVAS E INCLUSÃO SOCIAL EM INSTITUIÇÕES CULTURAIS

3.1. Ações educativas inclusivas

As discursões deste capítulo visam abordar como ações educativas, praticadas em instituições culturais, auxiliam no processo de interação do público visitante e exposição, seja a proposta expositiva planejada para atender públicos com dificuldades físicas e cognitivas ou não.

No Brasil como já discutido no I capítulo, as modificações e propostas de inclusão aos diversos tipos de públicos, em instituições culturais, vêm acontecendo de forma tímida, lenta, e em alguns casos com limitações, visto que quando as reformas estão relacionadas à estrutura física uma grande parte das instituições culturais brasileiras estão localizada em prédios e casarões antigos, tombados pelo patrimônio histórico. E quando as modificações estão relacionadas à eliminação de barreiras sensoriais, associadas à criação de propostas expositivas mais dinâmicas, como por exemplo: criação de réplicas, recursos áudio-visuais, textos em libras, maquetes, representação de imagens em relevo, entre outras propostas expositivas, no entanto faltam recursos para realização dos projetos.

Mesmos com Dificuldades, o Brasil já apresenta um avanço positivo na realização de propostas educativas mais alusivas, tais resultados podem ser comprovados através de publicações de pesquisadores da área de acessibilidade em museus à pessoas com deficiências. Através da análise de trabalhos publicados, consultados para a realização desta pesquisa, foi possível concluir que a realização de projetos educativos voltados para o público com alguma deficiência, são mais frequentes em museus e casas de cultura da região sul. Apesar do censo realizado pelo IBGE no ano de 2010 divulgar que a região nordeste concentra os municípios com os maiores percentuais da população, com pelo menos uma das deficiências investigadas.²⁷ O número de instituições com propostas educativas inclusivas a diversos públicos são escarças nessa região, mas já se pode notar um pequeno avanço neste sentido.

²⁷IBGE.Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf[acessado em: 18/01/2014].

Ao abordar o tema “Ações educativas”, não tem como fugir da discussão entre ensino formal e ensino não formal, onde que ensino formal corresponde ao ensino nas escolas tradicionais (sala de aula) e o ensino não formal realizado fora da sala de aula, do ambiente escolar, que foge dos métodos convencionais. Ao contrário das escolas onde a proposta de ensino, está voltada principalmente para o discurso verbal e escrito, os Museus e centros culturais possuem como principal linguagem a comunicação visual, que se materializam através de objetos, fotografias, documentos, vídeos, vestimentas entre outros, e onde que estes recursos também colaboram para auxiliar na proposta educacional, através da junção do objeto com uma forma mais simples de narrar à proposta expositiva, assim conseguindo atingir um maior número de visitantes dentro de uma instituição cultural. Segundo Bina:

Para auxiliar na concepção de uma exposição museográfica acessível que atinja a um maior público visitante, o curador e equipe responsável pela montagem da exposição, deveram incluir elementos diversificados que auxiliem na proposta comunicacional tais como cenografia, cor, iluminação, áudio-visual, multimídia, sonorização, legendas, dentre outro elementos, que facilitem a compreensão do acervo exposto. Com todos estes elementos disponibilizados ao visitante, poderá ser proporcionado experiências visuais, táteis, emocionais transformando o observador em participante ativo, assim atingindo a proposta comunicacional á qual foi disponibilizado. (BINA, 2010, p.76).

E de acordo com o artigo publicado no caderno 04, Ação educativa em museus, para planejar uma ação educativa é necessário levar em conta: (Barbosa;Oliveira;Ticle,2010,p.10)

- **O tempo-** Visando o tempo das visitas, que geralmente são curtas e rápidas, e a permanência disponibilizada para a realização da visita que varia bastante de acordo com cada público;
- **O espaço-** Que tem o poder de determinar como a visita será realizada;
- **O objeto-** Que permite através de práticas educacionais mais alusivas proporcionarem novas abordagens para que os diversos públicos visitantes desenvolvam habilidades para analisar os objetos em seus aspectos matérias, históricos e simbólicos.

Ao pensar em uma proposta educativa inclusiva, voltada para pessoas com alguma limitação física ou intelectual, deve levar em consideração os estudos e a opinião do público alvo. Assim acompanhando a linha de raciocínio da autora Tojal, Amanda Fonseca citando Mendes define que:

Uma ação educativa inclusiva deve conter todos os pressupostos apontados como fundamentais, que são elementos que atravessam os padrões da construção de uma educação racional, responsável e responsiva, que no âmbito da educação não formal e mais especificamente do espaço museológico. (TOJAL, 2007, p.24).

Mas que nessa proposta de trabalho se aplica a instituição denominada memorial, e que segundo Mendes apresentam as seguintes características abaixo descritas, conforme a organização das palavras de Tojal:

- **Educação Racional-** No que diz respeito à educação racional compreende a formação de uma equipe permanente de educadores especializados (incluindo educador com deficiência), realização e planejamento de ações educativas, e utilização de recursos multissensoriais de apoio à mediação do objeto cultural, levando em consideração a diversidade e necessidades específicas de cada visitante. Como também a manutenção, readaptação ou implantação de recursos que promovam a acessibilidade física e sensorial no espaço expositivo incluindo exposições interativas, percursos multissensoriais visando uma maior frequência e participação desse público na instituição, pontua também ampliação de programas de atendimento para os grupos especiais incluindo parcerias com instituições (públicas e privadas) e capacitação continua de profissionais e educadores de funcionários da instituição. (TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Op. cit.** p.89.

- **Educação Responsável-** Quanto a Educação responsável o autor menciona a flexibilização no planejamento dos programas de atendimento para público especial, considerando a seguinte composição:

a) Grupos especiais, compostos por pessoas com deficiências semelhantes;

- b) Grupos especiais, composto por pessoas com deficiências diferentes;
- c) Grupos inclusivos compostos por pessoas com e sem deficiências-desde que em número restrito de 10 a 15 pessoas;
- d) Atendimento especializado ao público com necessidades educacionais especiais durante visitas orientadas com a classe inclusiva a que pertencem.

E ainda atuar de forma interdisciplinar compartilhando desde ações específicas como também as que envolvem participação direta de outras áreas da instituição, promover avaliações periódicas envolvendo tanto as ações educacionais, produção e aplicabilidade de novos materiais de apoio como também adaptações nos espaços expositivos e percursos multissensoriais interativos, considerando as respostas obtidas pelo público alvo visitante. (Tojal, 2007, p.89).

- **Educação Responsiva**- Já a educação responsiva deve ser flexível e adaptável às mudanças apontadas pelos processos de avaliação. (TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Op. cit.** p.90).

Portanto com as informações apresentadas, percebemos o quanto é delicado e necessita de certo tempo para realização de uma proposta de inclusão social dentro de uma instituição, oferecer exposições planejadas voltadas diretamente para o público específico, não é por se só uma forma de concretizar acessibilidade, esta atitude às vezes pode fazer com que o visitante que possui algum tipo de deficiência se sinta excluído dos demais que fazem parte do grupo que visita a instituição no momento. Concretizar de fato uma proposta educativa acessível é preparar todas as áreas, espaço físico, exposições, textos e funcionários da instituição, para receber todo e qualquer tipo de público, sem diferenciação, discriminação e preconceito. Para delimitar a questão faço uso das palavras das autoras Cecília e Denise:

Assim sendo, educação em museus e Inclusão social constitui projeto de longo prazo que tem como objetivo principal desenvolver estratégias de atendimento para crianças, jovem e adulto com necessidades educativas especiais: pessoas com deficiência intelectual, física ou que apresentem mobilidade reduzida; deficientes visuais, auditivos ou que sofram de limitações múltiplas; grupos de saúde mental e dependentes

químicos. Procura, assim, atender ao crescente apelo da sociedade por ações qualificadas e programas não meramente assistências que incluam pessoas com deficiência em situação de risco social. ” (OLIVEIRA;ABELEIRA, p.58)²⁸

3.2- O papel do mediador nas ações educativas

Outro fator importante que colabora nas ações educativas é o papel que o mediador²⁹ da instituição desenvolve, apresentado uma postura de intermediário entre exposição e público, que busca esclarecer dúvidas, curiosidades, dar informações sobre os objetos exposto, oferecendo diversas interpretações a cerca de um mesmo objeto, que saiba permitir que o visitante se sinta a vontade, se identifique e se sinta inserido na exposição. Dentro de instituições que não possui projetos educativos, é o mediador que funciona como está ferramenta principal de interação e aproximação com a instituição. Citando RODARI, Paola e HERZAGORA, Mateeo :

Mediadores são o único “artifício museológico” realmente bidirecional e interativo de fato, nenhuma exposição interativa ou ferramenta multimídia pode realmente ouvir os visitantes e responder às suas reações. Tais reações podem variar entre perguntas estreitamente informativas do tipo “como isso funciona”?, a comentários emocionais como “isso me preocupa”. Mediadores podem adaptar suas apresentações e seus tipos de respostas não apenas a parâmetros gerais, como grupos de idade, mas também a aspectos mais sutis, o que caracteriza o desenvolvimento de uma boa conversa. Isso pode ser extremamente recompensador, mas também uma tarefa difícil. (RODARI;HERZAGORA, 2007,p.10)

São os mediadores que possuem a missão de receber os visitantes ao adentrar na instituição, independente ou não deles mesmos conduzirem o percurso museográfico, são eles que acolhem, disponibiliza as informações, são os responsáveis por fazer o grupo de visitantes assumirem uma posição, mas seria ou descontraída, dar a oportunidade de se fazer questionamentos, ou de voltar para casa com dúvidas ,informações incompletas, ou até mesmo com a imagem da instituição a qual visitou ser um ambiente legal ou não. O mediador tem o

²⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; ABELEIRA, Denise Cristina Carminatti Peixoto. **Educação em Museus e Inclusão social:** Ações educativas e culturais específicas para pessoas com deficiência. In: **Revista cultura e extensão**, V.1, p.58.

²⁹Entende-se como mediador, o profissional responsável por realizar a atividade de mediação entre as atividades oferecidas pela instituição e o público visitante.

poder de transformar as exposição em uma espécie de “mágica” que nos levam a lugares desconhecidos, conhecer coisas que não faziam parte da nossa época ou que até fizeram, e torna esse reencontro uma surpresa que trazem boas ou más lembranças. Por exemplo, cito um caso ocorrido em uma visita a uma instituição cultural onde que o objeto exposto “pilão de bater farinha de mandioca” remetia a minha infância, boas lembranças, em que eu passeava e visitava as casas de farinha, no interior ao qual meu pai morava já para minha colega o objeto exposto não traziam as mesmas boas lembranças, trazia lembranças de um passado ao qual ela manipulava aquele objeto enquanto trabalhava ainda na infância, ou seja, o mesmo objeto pode ter significados e utilidades, lembranças, histórias diferentes, e cabe ao mediador estimular essas tais lembranças, criação de um conceito, opinião sobre o acervo exposto.

3.3- Mediação sensorial em instituições culturais, memoriais e museus

Como sabemos as instituições culturais, Memoriais e museus, utilizam na maioria das vezes como linguagem comunicacional, uma abordagem visual, o que dificulta a interpretação da exposição ,para pessoas que possuem algum tipo de limitação. Existem outras formas de expor elementos que auxiliem ou que estejam relacionadas com a proposta museográfica da instituição, e que podem ser estimulados através de outros sentidos do corpo humano, que compreende ao tato, paladar, audição e olfato. Estas experiências já vêm sendo aplicadas em instituições culturais, e os resultados podem ser apontados como bastante positivo. Este tipo de abordagem mais diversificado é considerado de fundamental importância para o tipo de público alvo desta pesquisa, devido a diversidade de meios de abordagem que podem ser oferecidas aos diferentes tipos de público. A depender da tipologia da instituição, por exemplo, se tratando de um museu cuja sua expografia está voltada para cultura popular de uma determinada região, a proposta expositiva pode possuir uma abordagem relacionada ao:

- Tato- A instituição poderá reproduzir réplicas de um determinado objeto, maquetes de prédios históricos, produzir jogos, brinquedos ligados a cultura regional;
- Paladar- Onde a instituição poderá oferecer aos seus visitantes um espaço como cafeteria, lanchonete que ofereça um cardápio com comidas regionais;

- Audição- poderá disponibilizar recursos áudio-visuais, como vídeos onde narrem à história de um ilustre da terra, ou depoimento de um integrante de um grupo cultural contando suas experiências, trajetórias e histórias.
- Olfato- disponibilizar nos ambientes o aroma de elementos que estejam relacionados à tipologia da instituição, caso isto seja possível.

Por exemplo, aqui no nosso estado podemos citar como referência o Museu da Gente Sergipana, considerado o primeiro museu tecnológico do nordeste³⁰, situado na capital Aracaju, e tem como objeto de sua expografia elementos de caráter regional que representa seu povo, pessoas ilustres, cultura popular, danças, comidas típicas, fauna e flora, além de expressões tipicamente regionais.

O museu foi instalado num antigo prédio conhecido como Atheneuzinho que foi totalmente restaurado, pelo Banco do Estado de Sergipe (Banese) em parceria com o Governo do estado, inaugurado no dia 26 de novembro de 2011, sendo conceituado um marco na evolução de museus no estado. A instituição utiliza como elementos da expografia, recursos que estimulam os diversos sentidos como o tato através de equipamentos *touch screen* onde o visitante brinca enquanto aprendem o gosto culinário, as comidas típicas regionais. Audição através de recursos áudio-visuais que abordam os “falares”, as gíria, sotaque e palavras tipicamente regionais. Paladar onde o museu disponibiliza um ambiente que comercializa alimentos regionais, e que também estimulam o olfato com o cheirinho típico de cada alimento.

Já o Memorial de Sergipe por ser uma instituição cultural, com a tipologia voltada para a preservação da memória, onde possui como acervo objetos históricos, poderia ser sugerido que o memorial, adota-se como proposta educativa a elaboração de atividades mais lúdicas, que facilita-se a interação e aproximação ao público, permitindo a eles mesmos conduzirem uma abordagem dentro da proposta expositiva, facilitando o acesso ao conteúdo das exposições aos diversos públicos, incluindo deficientes e pessoas com mobilidade reduzida. Dentro desta perspectiva, e análise dos objetos pertencentes ao memorial,

³⁰ Informação extraída da matéria publicada no site Agência Sergipe de notícias, disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:26260/governador_inaugura_o_museu_da_gente_sergipana.html acessado em 17/07/2013.

poderia ser sugerido à realização de atividades educativas que explorassem os módulos expositivos, por exemplo:

- Atividade 1- Trilho do Palácio Silvo Romero

Local: Sala Des. Gustavo Gabriel Coelho Sampaio. (rés-do-chão)

Descrição: confecção de um painel expositivo, alto colante com imã, textura em alto relevo, da imagem do trilho localizado no rés-de chão, onde os visitantes pudessem “colocar” nos trilhos toda a “bagagem” que o prédio abrigou. Ou seja, haveria carrinhos nomeados com as instituições que já foram sediadas no prédio a exemplo: Chefatura de Polícia, o Serviço de Água e Esgotos de Sergipe, o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a Academia Sergipana de Letras, o Instituto de Música de Sergipe, o Juizado de Menores, o Fórum Desembargador Vasconcelos , o Arquivo do Poder Judiciário.

Função: Caberia ao mediador da instituição estimular a interação do público, a lembrar quais instituições já funcionam no local, em períodos distintos ,cada uma com sua particularidade, importância e hoje compete ao Memorial do Tribunal de Justiça salvaguardar um lugar tão importante.

- Atividade 2- Audio-Visual “O Memorial do Poder Judiciário”

Local: Sala Des. Gustavo Gabriel Coelho Sampaio. (rés-do-chão)

Descrição: Criação de um Vídeo, contado a partir de um personagem (“Juizinho”) onde que este personagem utilizaria uma linguagem simplificada para narrar a criação do Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, neste vídeo seria abordado desde o desejo de criação do presidente em exercício, o desembargador Pascoal Nabuco, ao apoio dos colaboradores da reforma, perpassando a restauração do prédio pelo arquiteto Itamar Batista, a inauguração no dia 20 de dezembro de 2004, a seleção do acervo como também os primeiros eventos realizados na instituição. Tudo isso de uma forma bem sucinta, mas que permita aos usuários, com qualquer limitação entender a missão da instituição.

Função: Permitir mais de uma abordagem, de conhecer e entender a Função e Importância do Memorial do Poder Judiciário.

- Atividade 3- Réplicas

Local: Sala Des. Francisco Alves da Silveira Brito

Descrição: Confeção de réplicas dos brasões, que pertencem ao acervo da instituição, para permitir a circulação e o toque entre os visitantes.

Função: possuir objetos que permite o toque consente uma abordagem diferenciada através do tato tanto para usuários convencionais, quanto para portadores de deficiência visual.

CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada sobre acessibilidade em instituições culturais, foi possível realizar uma breve explanação sobre os primeiros movimentos á favor da causa, a criação de leis, decretos, normas visando favorecer pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, como também analisar as causas que dificultam o acesso e o diálogo em museus e memoriais, a exemplo das barreiras físicas, atitudinais e sensorias.

Avaliar condições acessíveis de uma instituição diretamente ligada ao poder, reafirma a importância de exigir o cumprimento das leis, que asseguram o direito de igualdade a todos os cidadãos. E na instituição objeto de estudo da pesquisa, o Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, as transformações ocorrem gradativamente, ainda pode-se considerar que falta algumas medidas para assegurar a igualdade entre todos na instituição. Mas o primeiro passo já foi realizado, que se trata de adaptações físicas no prédio, apesar de se tratar de uma edificação tombada pelo Governo Estadual, foi realizada com êxito, mas para garantir a inclusão social, necessita ainda da elaboração de projetos educativos, visto que o discurso da exposição é bastante narrativo e visual, que prejudica a interação do público com deficiência seja ela física, visual, auditiva e portadores de mobilidade reduzida.

Assim diante dos fatos expostos fica a conclusão que todo o cidadão tem o direito de igualdade perante a lei, e cabem as instituições culturais públicas e privadas, garantir condições acessíveis para que qualquer cidadão faça uso de suas atribuições, sem qualquer preconceito, discriminação ou diferenciação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, Antônio. A memória do Judiciário. **Revista Judiciarium**, Edição Especial, ano IX, Janeiro de 2005.pp.58-66.

BARBOSA, Neila Marcelina; OLIVEIRA, Ana Luiza Barcellos; TICLE, Maria Letícia Silva. **Ação educativa em museus: caderno 04**, Belo horizonte: Secretaria do estado de cultura/ Superintendência de Museus de Minas Gerais, 2010.24p.

BINA, Eliene Dourado. Museus: Espaços de Comunicação, interação e mediação cultural. In: **Actas do I seminário de Investigação em museologia dos países de língua portuguesa e espanhola**. V.2, 2010, pp.75-86.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CARDOSO, Eduardo. Recursos de acessibilidade em ambientes culturais: Contextualização e aplicação. In: CARDOSO, Eduardo; CUTY Jennifer: **Acessibilidade em ambientes culturais**, Porto alegre, Marca visual, 2012, pp.38-59 .

CRUZ, Janaina. Memorial do Judiciário traz para novas gerações a trajetória da magistratura em Sergipe. **Revista Judiciarium**, Edição 87, ano X, maio de 2008, pp.26-28.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, vera H.M: **Promovendo Acessibilidade nos edifícios públicos**: Guia de avaliação e implementação de normas técnicas. Santa Catarina, Ministério Público do estado, 2005.

DISCHINGER, Marta; ELY Vera Helena Moro Bin; PIARDI, Sonia Maria Demenda Groisman: **Promovendo Acessibilidade espacial nos Edifícios Públicos**: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Florianópolis: MPSC, 2012.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE, nº 19.794, de 29 de janeiro de 1985, p.02.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Memórias de Aracaju**. Aracaju: Secretaria do estado da cultura, FUNDESC, Gráfica editora J. Andrade, 1987.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles; ABELEIRA, Denise Cristina Carminatti Peixoto. **Educação em Museus e Inclusão social**: Ações educativas e culturais específicas para pessoas com deficiência. In: **Revista cultura e extensão**, V.1.

RIBEIRO, M.G. FRUCCHI, G. Mediação – a linguagem humana dos museus. In: Massarani, Luisa (org.) **Diálogos & ciência**: mediação em museus e centros de Ciência. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.

RODARI, Paola; HERZAGORA, Mateo. Mediadores em Museus e centros de ciência: status papéis e capacitação, Uma visão geral Europeia. P. 08-21. In: Massarani, Luisa (org.) **Diálogos & ciência: mediação em museus e centros de Ciência**. Rio de Janeiro: Museu da Vida/Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2007.

SARRAF. Viviane Panelli; **Reabilitação do museu: políticas de inclusão por meio da acessibilidade**. 181f. Tese (mestrado)-departamento de ciência e informação/escola de comunicações e artes. São Paulo: USP, 2008.

TOJAL, Amanda Pinto da Fonseca. **Políticas Públicas Culturais de Inclusão de públicos especiais em Museus**. Tese de Doutorado/ Escola de Comunicação e Artes. São Paulo: USP, 2007, 322p.

TOJAL, Fonseca Amanda. **Reflexões e Experiências em Exposições e Museus**. 1º edição. São Paulo: EXPOMUS, 2010.

Referências Eletrônicas:

CABRAL. Lídia Caldeira Lustosa. **A Fundamentação civil-Constitucional dos Direitos dos deficientes**. Disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=108>. [acessado em: 13/12/2013.]

Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004. Disponível em: [acessado em 18/12/2013.]

Deficiência Física. Informações disponíveis no site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Defici%C3%Aancia_f%C3%ADsica [acessado em: 18/01/2014]

Deficiência Sensorial. Disponível em: <http://csgnecessidadesespeciais.wordpress.com/> [acessado em: 18/01/2014]

Diretrizes do Desenho Universal: Na interação do interesse social no estado de São Paulo. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/manual-desenho-universal.pdf> [acessado em 18/01/2014]

Fundamentação Civil-Constitucional dos direitos dos deficientes. Disponível em: Informações extraídas do texto disponível em: <http://www.ibc.gov.br/?itemid=108>. [Acessado em: 16/01/2014.]

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf [acessado em: 18/01/2014].

Memorial do Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.tjse.jus.br/memorial/index.php/institucional> [acessado em 20/11/2013.]

Mobilidade Reduzida. Disponível em: <http://csgnecessidadesespeciais.wordpress.com/> [acessado em: 18/01/2014].

Museu da Gente Sergipana: Disponível em: http://www.agencia.se.gov.br/noticias/leitura/materia:26260/governador_inaugura_o_museu_da_gente_sergipana.html acessado em 17/07/2013.

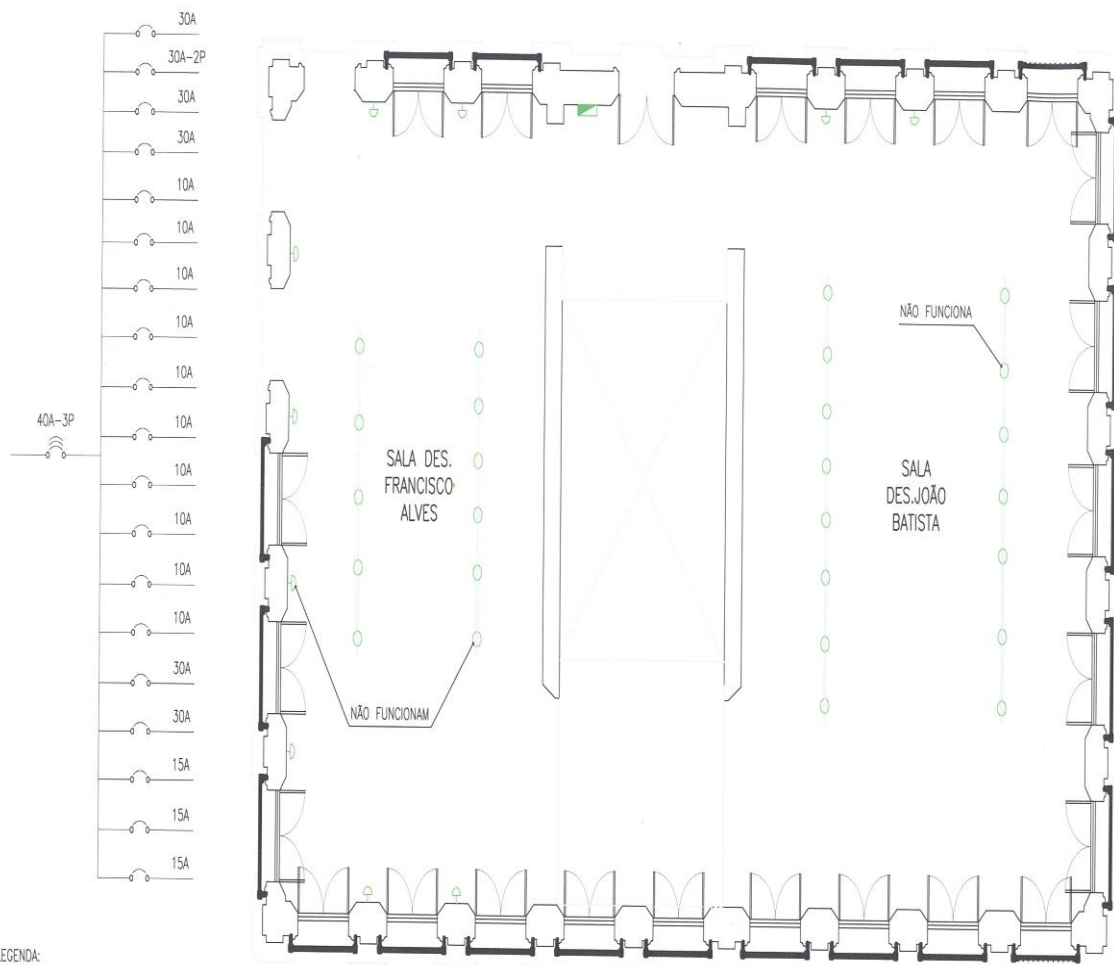
Norma Brasileira ABNT 9050-- Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2004. Disponível para download em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br> [acessado em 18/01/214].

Peri-natal. Disponível em: <http://somostodosum.ig.com.br/clube/artigos.asp?id=3038> [consultado em 13/02/2014].

Pré-natal. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pr%C3%A9-natal> [consultado em 13/02/2014].

Pós-Natal. In Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2013, Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pr%C3%A9-natal> [consultado em 13/02/2014].

Anexos



LEGENDA:

- LÂMPADA PAR 30/75Wx12V NO TETO
- ⬇ LÂMPADA DICRÓICA 50Wx12V NA PAREDE
- ⬆ LÂMPADA DICRÓICA 50Wx12V NO TETO
- LÂMPADA 100W
- QUADRO DE ENERGIA

PLANTA BAIXA
PAV. TÉRREO
ESC.: 1:100



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE OBRAS
DIVISÃO DE ARQUITETURA

PROJETO: ARQ. PATRÍCIA MAYNARD ARAUJO CREA 10796-D/SE
ARQ. CLARISSA LISBOA CREA 13243-D/SE

PROJETO ELÉTRICO
MEMORIAL DO JUDICIÁRIO

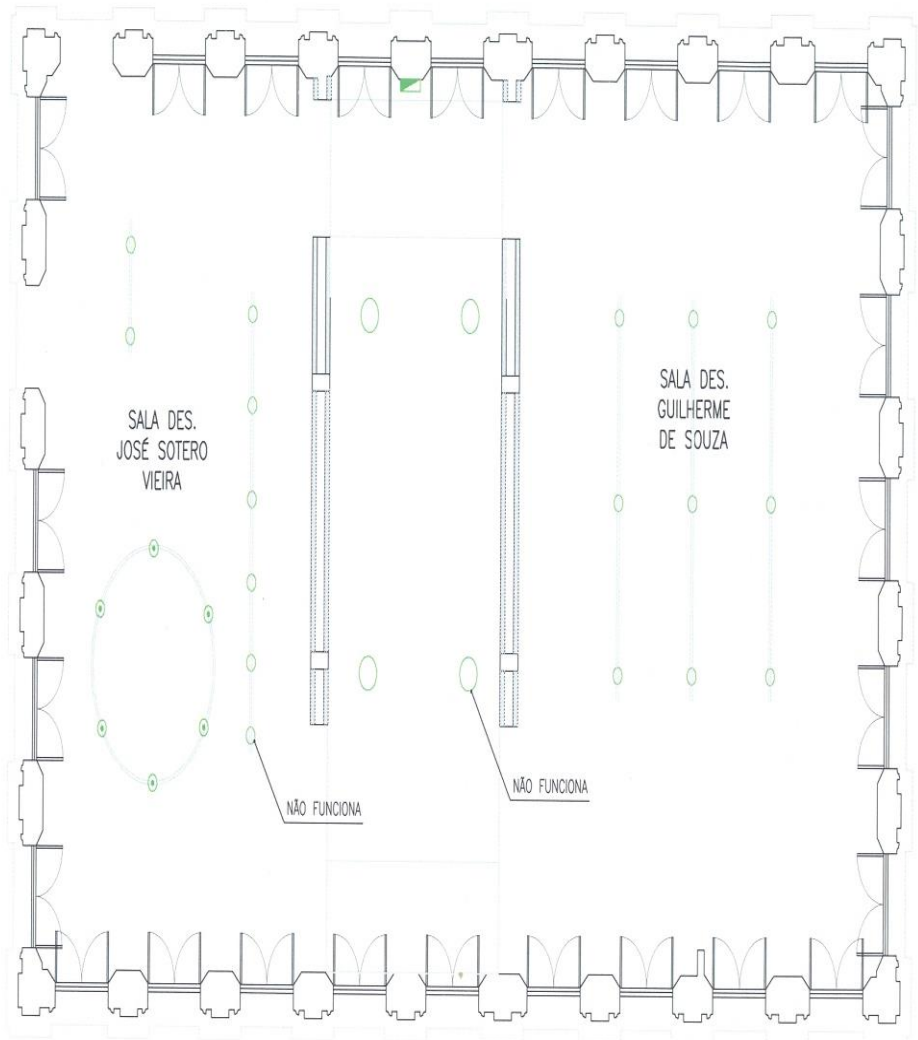
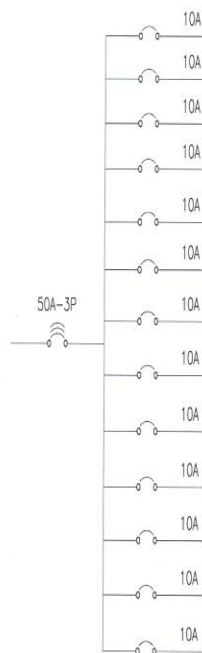
PLANTAS: PONTOS DE ILUM. - PAV. TÉRREO

PRANCHA:

01/02

ESCALA:
1/100

DATA:
SET/2010



LEGENDA:

- LÂMPADA PAR 30/75Wx12V NO TETO
- ⌞ LÂMPADA DICRÓICA 50Wx12V NA PAREDE
- LÂMPADA DICRÓICA 50Wx12V NO TETO
- LÂMPADA 100W
- QUADRO DE ENERGIA

PLANTA BAIXA
PAV. SUPERIOR
ESC.: 1:100



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SERGIPE
DEPARTAMENTO DE OBRAS
DIVISÃO DE ARQUITETURA

PROJETO: ARQ. PATRÍCIA MAYNARD ARAUJO CREA 10796-D/SE
ARQ. CLARISSA LISBOA CREA 13243-D/SE

PROJETO ELÉTRICO
MEMORIAL DO JUDICIÁRIO

PLANTAS: PONTOS DE ILUM. - PAV. SUPERIOR

PRANCHA:

02/02

ESCALA:
1/100

DATA:
SET/2010

